

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Andriéle Ely Birck

**A PANDEMIA DE COVID-19 E INFLAÇÃO NO BRASIL:
DESAFIOS PARA O PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO**

Santa Maria, RS
2023

Andriéle Ely Birck

**A PANDEMIA DE COVID-19 E INFLAÇÃO NO BRASIL:
DESAFIOS PARA O PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS
2023

ANDRIÉLE ELY BIRCK

**A PANDEMIA DE COVID-19 E INFLAÇÃO NO BRASIL:
DESAFIOS PARA O PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovada em 12 de julho de 2023.

**Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dra. (UFSM)
(Orientadora)**

Alexandre Troian, Dr. (UFSM)

Ednalva Felix das Neves, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui foi longa e sempre estive acompanhada. Desse modo, agradeço a todos que contribuíram com o meu percurso e, em especial:

- À Deus, pelo dom da vida, por ter me guiado por um caminho de bênçãos, sabedoria e fé e por me conceder forças para superar todos os obstáculos encontrados durante minha jornada;

- Aos meus amados pais Antônio Birck e Merice Ely Birck, e de igual modo, a minha irmã, Andriara Birck, agradeço de todo o coração, vocês são minha base e meu apoio incondicional. Obrigado por acreditarem em mim, por me encorajarem e por me proporcionarem todas as oportunidades para buscar a minha educação. Não tenho nenhuma dúvida de que sem vocês esse trajeto seria bem mais difícil;

- Ao meu marido e melhor amigo Denrlei Machado da Silva, pela força, companheirismo, apoio, incentivo, pela compreensão das fases pelas quais passei e por sempre acreditar no meu potencial, me mantendo sempre motivada e focada no meu objetivo. Muito obrigada por todo amor e paciência;

- À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Sibeles Vasconcellos de Oliveira, pela orientação dedicada, paciência e valiosas contribuições ao longo deste processo. Suas orientações e conselhos foram fundamentais para a realização deste trabalho e para o meu crescimento como estudante e pesquisador;

- À minhas amigas, Josieli Steinhorst Drabick e Rejane Weber, por todas conversas, motivações e atividades desenvolvidas em conjunto, mas principalmente pela amizade construída;

- À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de construir minha formação acadêmica e pessoal, assim como a todo corpo docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas que tornou possível minha iniciação científica e meu desenvolvimento, questões que foram essenciais para a produção deste trabalho;

Desejo que o fim deste ciclo represente o início de muitos outros... Por fim, ofereço meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que se fizeram presentes na minha jornada.

“Os dias prósperos não vêm por acaso;
Nascem de muita fadiga e persistência.”
(Henry Ford, 1863-1947)

RESUMO

A PANDEMIA DE COVID-19 E INFLAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO

AUTORA: Andriéle Ely Birck

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Sibele Vasconcelos de Oliveira

O Brasil, apesar de ter experienciado a estabilidade da moeda, com a implementação do Plano Real, tem um histórico inflacionário longo e complexo. Recentemente, com a elevação do nível geral de preços no período pandêmico, as incertezas sobre os rumos da economia brasileira cresceram. Nessa conjuntura, o presente estudo tem como objetivo estudar os altos índices inflacionários no Brasil a partir de 2020 e suas consequências para a população, especialmente em relação ao poder de compra. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, além da avaliação de dados empíricos sobre inflação, preços e renda, através de dados coletados de sites como: IBGE, IPEA, FGV e DIEESE. Percebeu-se que índices inflacionários elevados, situados acima do limite de tolerância da meta inflacionária vigente, têm implicações em vários âmbitos, desde a elaboração de contratos, até no PIB e nas contas nacionais, gerando desemprego e perda de renda. Sobretudo, a inflação afeta, as classes de renda mais baixas na economia. Em 2020, apesar de registrar índices dentro do limite superior da meta inflacionária estabelecida pelo Banco Central do Brasil, a inflação registrada na categoria de alimentos foi mais de três vezes superior ao índice geral registrado neste mesmo ano, implicando em potencial perda de renda para as famílias situadas nas classes sociais inferiores da população. Nos anos 2021 e 2022, durante a pandemia, a taxa de inflação geral sofreu consideráveis variações e abrangeu 10,06% a.a., índice muito superior à meta estabelecida em 2021. Entre os efeitos, cita-se ampliação da insegurança dos agentes econômicos, redução do poder de consumo da população de baixa renda, o que permite inferir que a instabilidade do nível de preços contribui para a retração do PIB nacional.

Palavras-chave: Estabilidade econômica. Vulnerabilidade social. Pobreza.

ABSTRACT

THE COVID-19 PANDEMIC AND INFLATION IN BRAZIL: CHALLENGES TO THE PURCHASING POWER OF THE POPULATION

AUTHOR: Andriéle Ely Birck

ADVISOR: Prof.^a Dr^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Brazil, despite having experienced currency stability with the implementation of the Real Plan, has a long and complex inflationary history. Recently, with the rise in the general price level in the pandemic period, uncertainties about the direction of the Brazilian economy have grown. In this context, the present study aims to study the high inflation rates in Brazil from 2020 onwards and their consequences for the population, especially in relation to purchasing power. For this, bibliographical and documentary research was carried out, in addition to the evaluation of empirical data on inflation, prices and income, through data collected from sites such as: IBGE, IPEA, FGV and DIEESE. It was noticed that high inflation rates, located above the tolerance limit of the current inflation target, have implications in several areas, from the elaboration of contracts, to the GDP and national accounts, generating unemployment and loss of income. Above all, inflation affects the lowest income classes in the economy. In 2020, despite registering indices within the upper limit of the inflation target established by the Central Bank of Brazil, inflation registered in the food category was more than three times higher than the general index registered in that same year, implying a potential loss of income for families located in the lower social classes of the population. In 2021 and 2022, during the pandemic, the general inflation rate suffered considerable variations and reached 10.06% p.a., an index much higher than the target established in 2021. consumption power of the low-income population, which allows inferring that price level instability contributes to the retraction of the national GDP.

Keywords: Economic stability. Social vulnerability. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mensal (%) de janeiro de 2020 a dezembro de 2022	22
FIGURA 2 – Figura 2 – Índice de inflação por categorias, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor amplo (IPCA) - 2020 a 2022	23
FIGURA 3 – Variação mensal Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (%) – janeiro de 2020 a dezembro de 2022	25
FIGURA 4 – IGP-M fechamento mensal (%) (2020 – 2022)	27
FIGURA 1 – Produto Interno Bruto (PIB) real anual – 2000 a 2020	38
FIGURA 2 – Inflação no Brasil medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 1999 a 2020	39
FIGURA 3 – Evolução do poder de compra – perspectiva comparada entre salário mínimo real e salário mínimo ideal – (2000 a 2022)	41
FIGURA 4 – Rendimento real domiciliar mensal <i>per capita</i> - 2012 a 2020	42
FIGURA 5 – Taxa de desocupação da população por trimestre (%) (2002-2020)	43
FIGURA 6 – Impacto da inflação por faixas de renda (2020 a 2022)	49
FIGURA 7 – Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita até ¼ de salário mínimo	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Histórico das metas para a inflação (1999 a 2022)	15
TABELA 1 – IPCA acumulado por ano por categoria (2020 a 2022)	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ARTIGO 1 – ANÁLISE DA INFLAÇÃO NO BRASIL PARA O INTERSTÍCIO 2020-2022	15
2.1	INTRODUÇÃO	15
2.2	A INFLAÇÃO EXPLICADA: TIPOS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	17
2.3	INFLAÇÃO NO BRASIL E O CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19	21
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
2.5	REFERÊNCIAS	31
3	ARTIGO 2 - VULNERABILIDADE SOCIAL E PODER DE COMPRA DO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	35
3.1	INTRODUÇÃO	35
3.2	ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ-PANDEMIA DE COVID-19	37
3.3	ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2020 A 2022	44
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
3.5	REFERÊNCIAS	56
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar o recente processo inflacionário no Brasil, percebido no período correspondente à pandemia da Covid-19, bem como, as suas implicações socioeconômicas nas rotinas de compra da população brasileira. Para isso, é essencial ressaltar que a pandemia da Covid-19 teve múltiplos impactos, sejam sociais, econômicos, culturais e políticos, cujas repercussões são sentidas pela sociedade como um todo, especialmente as populações mais vulneráveis.

A população mundial passou por uma mudança radical de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, oriunda inicialmente na China, adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia, conforme (SOUZA JUNIOR et al., 2020). No que tange ao aspecto econômico, a pandemia da Covid-19 representou um choque profundo sobre a economia mundial. As medidas de isolamento social, necessariamente adotadas na tentativa de reduzir o contágio em massa da população, impactaram a oferta e a demanda por bens e serviços, desorganizando as relações de trabalho, produtivas, de comércio e de crédito (LEVY, 2020).

Alguns dos importantes indicadores econômicos refletiram, quase de imediato, a incerteza em relação ao futuro que se instaurava mundialmente e assolava todo o mercado: as bolsas de valores registraram fortes quedas, o valor do dólar frente a uma cesta ampla de moedas oscilou significativamente no período, os preços de *commodities* refletiram as perspectivas negativas para a economia mundial e, no mercado de trabalho, houve forte perspectiva de aumento no número de desemprego (LEVY, 2020). Enquanto isso, o número de mortos, vítimas da pandemia, só crescia. Mundialmente, foram 6.943.390 óbitos em decorrência da pandemia da Covid-19 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2023).

Cabe ressaltar que o cenário econômico brasileiro refletiu os indicadores do restante do mundo. A incerteza instalada no país, durante os meses de março e abril de 2020, fez com que o setor produtivo reduzisse drasticamente suas atividades. Sem produzir, a indústria passou a consumir seus estoques, tanto de insumos como de produtos acabados, o mesmo aconteceu no varejo (CARRANÇA, 2020). Quando as atividades começam a retornar gradativamente, após o período de quarentena, tem-se empresas precisando repor seus estoques e a indústria, sem estoques, tendo que

produzir. Ocorre, então, uma escassez de matéria-prima no mercado nacional. A dificuldade das indústrias para obtenção de insumos e/ou matérias-primas necessários à produção chegou a 55,5% em novembro de 2020 (SILVA et al., 2022).

No que diz respeito ao emprego e renda, um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em maio de 2020, ainda no início da pandemia, mostrou que 53,5% das famílias tiveram sua rotina de trabalho prejudicada, destes 43,9% afirmam que ficaram impedidos de trabalhar, 24,9% tiveram redução salarial proporcional à jornada de trabalho, e 14,7% informaram que um membro da família teve o contrato de trabalho suspenso. Tal cenário refletiu diretamente no consumo, pois 89% das famílias passaram a consumir somente o essencial (FGV IBRE, 2020).

As políticas de transferência direta de renda ou benefício/subsídios temporários à população foram os meios encontrados por diversos países do globo para amenizar os impactos financeiros causados pela pandemia. O Governo Federal brasileiro também adotou essas políticas, criando auxílios como meio a minimizar os efeitos socioeconômicos da pandemia, distribuindo renda para as pessoas desempregadas e àqueles que tiveram sua renda prejudicada. Somente a política do Auxílio Emergencial injetou na economia brasileira, no ano de 2020, um montante de R\$ 293 bilhões de reais (AGÊNCIA SENADO, 2020). O governo também criou linhas de crédito facilitado para pessoas e empresas, tudo com o intuito de estimular a demanda e retomar, gradativamente, o crescimento econômico.

Na dimensão política, a pandemia colocou governos e lideranças políticas no centro das decisões para o enfrentamento da crise, gerando questões de relevância política que problematizam as medidas adotadas e, até mesmo, a democracia. A forma como as lideranças políticas de diversos países se posicionaram e encararam o combate à pandemia fortaleceu seu apoio popular, diferente do ocorrido nos Estados Unidos da América, sob governo de Donald Trump e, no Brasil, sob governo de Jair Bolsonaro, conforme aponta Costa (2021). No Brasil, o caráter negacionista adotado pelo presidente, as *fake news* espalhadas pela mídia e redes sociais, a negligência e demora para o início da vacinação levou a óbito 693.853 pessoas no país, no período de 2020 a 2022, conforme dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS, 2023).

Ademais, a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 implicou inúmeras mudanças nas relações interpessoais, também nas rotinas escolares e de

trabalho, que passaram a ser executadas de modo remoto e *home office*. A adoção destes novos costumes como medidas de prevenção à Covid-19 foi eficaz quanto a exposição dos indivíduos a aglomerações, entretanto, as parcelas mais vulneráveis da população foram prejudicadas em outros pontos. Cita-se a piora na qualidade do ensino, pois não houve disponibilização de estrutura física nas residências dos grupos de menor renda que fosse condizente com uma aprendizagem satisfatória.

A crise sanitária, o temor pelo risco de adoecimento e morte, a preocupação com amigos e familiares, as dívidas e o período de confinamento também trouxeram preocupações com a saúde mental da população. Conforme Matta et al. (2021), a pandemia da Covid-19 tornou ainda mais evidente as desigualdades sociais já existentes no Brasil e elas são visíveis na exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, no acesso a habitações adequadas, tecnologias, água e saneamento, alimentação e nutrição apropriadas, entre outras.

Explanadas as particularidades dos acontecimentos recentes que refletem diretamente na economia brasileira, é necessário aprofundar a abordagem em determinados assuntos. Assim, o presente estudo tem por objetivo geral **analisar as causas da inflação e suas consequências sobre o poder de compra e sobre as condições de vulnerabilidade socioeconômica da população brasileira durante o período da pandemia de Covid-19 no Brasil.**

Dentre os objetivos específicos, visa-se:

- a) Identificar as diferentes tipologias de inflação e suas implicações socioeconômicas;
- b) Avaliar a dinâmica dos principais índices de preços do Brasil durante o período pandêmico (2020-2022);
- c) Analisar o poder de compra e as condições de vulnerabilidade socioeconômica dos brasileiros durante o período da pandemia de Covid-19.

Metodologicamente, a pesquisa possui caráter descritivo e analítico, pois resulta do esforço em analisar e explicar alguns aspectos da situação econômica dos brasileiros a partir da ocorrência da pandemia de Covid-19. Cabe esclarecer que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002).

Tendo em vista procedimentos técnicos utilizados para realização da análise, o estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica. Conforme Marconi e Lakatos

(2006), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, a fim de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado. Por sua vez, a abordagem proposta para o estudo é qualitativa, realizada por meio de documentação indireta (pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários de fontes já existentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre outros).

Sobretudo, organizou-se a apresentação dos resultados na forma de dois artigos científicos integrados. No primeiro artigo, *Análise da inflação para o interstício 2020 - 2022*, após percorrer brevemente sobre o histórico inflacionário brasileiro, buscou-se aprofundar os conceitos da inflação através da descrição dos tipos e causas inflacionárias existentes, visando identificar a inflação ocorrida no período de estudo em questão. Complementarmente, buscou-se por dados estatísticos que corroboraram para a realização de breve análise econômica sobre as categorias que registraram os maiores índices inflacionários no período de 2020 a 2022 e a forma como os efeitos e consequências inflacionárias recaem sobre as diferentes classes sociais da população.

Por sua vez, no segundo artigo intitulado *Vulnerabilidade social e poder de compra do brasileiro: reflexões acerca do contexto da pandemia de Covid-19*, buscou-se analisar as transformações de renda e poder de compra do brasileiro no período pandêmico. Por meio da abordagem das várias dimensões da pandemia, buscou-se aprofundar as discussões sobre as mudanças ocorridas nas dinâmicas de emprego e renda, como também questões socioeconômicas acerca da pobreza e vulnerabilidade social da população brasileira.

2 ARTIGO 1 - ANÁLISE DA INFLAÇÃO NO BRASIL PARA O INTERSTÍCIO 2020-2022

2.1 INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou, ao longo do seu processo de formação histórica e econômica, graves problemas inflacionários de natureza e causas diversas. Cita-se a hiperinflação do final da década de 1980 e início de 1990. Após o fracasso do Plano Cruzado, o índice inflacionário anual foi de 363,41% em 1987. A partir de então, com uma sucessão de planos econômicos fracassados na tentativa de conter a inflação, com exceção de 1991, o crescimento da inflação foi constante e atingiu seu máximo em 1993, quando a variação acumulada no ano foi de 2.477,15% (IBGE, 2023).

Contudo, com as reformas institucionais e a implementação do Plano Real em meados de 1994, promoveu-se a estabilidade da moeda. Desde 1999, quando passou a vigorar o regime de metas para inflação, salvo poucas exceções, manteve-se o nível geral de preços da economia brasileira dentro das expectativas e intervalos de tolerância estimados pelas autoridades monetárias e gestores públicos. Conforme histórico de metas de inflação do Banco Central do Brasil (BACEN), nestes 24 anos de adoção do regime de metas para a inflação, a mesma ficou acima do intervalo de tolerância somente em seis anos: 2001 (7,67%), 2002 (12,53%), 2003 (9,30%), 2015 (10,67%), 2021 (10,06%) e 2022 (5,79%).

Tabela 1 – Histórico das metas para a inflação (1999 a 2022)

(Continua)

Ano	Meta (%)	Intervalo de tolerância (%)	Inflação Efetiva (%)
1999	8	6,0 - 10,0	8,94
2000	6	4,0 - 8,0	5,97
2001	4	2,0 - 6,0	7,67
2002	3,5	1,5 - 5,5	12,53
2003	4	1,5 - 6,5	9,3
2004	5,5	3,0 - 8,0	7,6
2005	4,5	2,0 - 7,0	5,69
2006	4,5	2,5 - 6,5	3,14
2007	4,5	2,5 - 6,5	4,46
2008	4,5	2,5 - 6,5	5,9
2009	4,5	2,5 - 6,5	4,31
2010	4,5	2,5 - 6,5	5,91
2011	4,5	2,5 - 6,5	6,5
2012	4,5	2,5 - 6,5	5,84

2013	4,5	2,5 - 6,5	5,91
2014	4,5	2,5 - 6,5	6,41
2015	4,5	2,5 - 6,5	10,67
2016	4,5	2,5 - 6,5	6,29
2017	4,5	3,0 - 6,0	2,95
2018	4,5	3,0 - 6,0	3,75
2019	4,25	2,75 - 5,75	4,31
2020	4	2,50 - 5,50	4,52
2021	3,75	2,25 - 5,25	10,06

Fonte: Banco Central do Brasil, 2023.

Existem várias e distintas causas, tanto internas quanto externas, que explicam os índices inflacionários registrados acima da média. Entretanto, no período da pandemia de Covid-19, as repercussões socioeconômicas da crise sanitária global foram determinantes para o aumento do nível geral de preços, não só no Brasil, mas também nas maiores economias mundiais. A implementação das medidas de isolamento social, que visavam reduzir amplamente a propagação do contágio do vírus na população, tiveram efeitos significativos na disponibilidade e procura de produtos e serviços, causando desestruturação nas interações laborais, produtivas, comerciais e de crédito (LEVY, 2020).

Em relação a inflação dos anos de 2020 e 2021, período em que a pandemia do Covid-19 repercutiu não somente na saúde pública, mas também em todos os cenários macroeconômicos do Brasil. O desencontro produtivo ocorrido entre a indústria e o comércio com a retomada das atividades após o período de isolamento social, implicou posteriormente em choques de oferta e demanda que contribuíram para elevar os índices inflacionários no período e agregaram para a deterioração do poder de compra da população mais vulnerável.

No contexto brasileiro, a imprevisibilidade gerada pela pandemia da Covid-19, nos meses de março e abril de 2020, resultou em redução expressiva das operações do setor produtivo. Com a interrupção da produção, as empresas industriais se viram obrigadas a consumir os estoques existentes e essa mesma situação se repetiu no setor varejista (CARRANÇA, 2020).

A inflação projetada em junho de 2020 era de 1,8% para este mesmo ano (IPEA, 2020). No entanto, encerrou-se o ano de 2020 com um aumento de 4,52% no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo estando dentro do limite de tolerância estabelecido pelo Banco Central, foi a maior alta registrada desde 2016 (IBGE, 2020). Os maiores aumentos registrados foram em produtos primários.

Em conjunto com toda a crise sanitária enfrentada, as refeições básicas tornaram-se mais caras e o consumidor brasileiro, com sua renda já limitada, teve de se adaptar a esse novo cenário.

Somou-se à crise sanitária e econômica, a guerra da Rússia contra a Ucrânia, em 2022, dilatou os impactos dos indicadores inflacionários brasileiros. A Rússia é um dos principais produtores e exportadores de *commodities*, incluindo petróleo, gás natural, trigo, milho e fertilizantes (CONCEIÇÃO, 2022). A situação de guerra afetou o Brasil, particularmente, por meio da pressão inflacionária exercida pela alta no barril de petróleo e a escassez de insumos agrícolas.

Diante deste contexto, o presente estudo tem como objetivo principal caracterizar a inflação no Brasil, a partir janeiro de 2020 a dezembro de 2022, e dialogar a respeito das suas consequências para a população em geral. Para tanto, realiza-se análise dos fatores que influenciaram os altos índices inflacionários, bem como os consequentes sobre as condições de vida da população brasileira, a incluir análise sobre seu poder de compra, entre outros.

Organizou-se a redação de forma que na segunda seção, à luz da teoria econômica, apresentam-se os diferentes tipos de inflação, seus determinantes e consequências. Em uma terceira seção, discorre-se sobre as particularidades socioeconômicas do período da pandemia, através de análise do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e uma série de outros indicadores relacionados à qualidade de vida da população brasileira. Por fim, a conclusão dos estudos discorridos sobre a inflação no Brasil, neste período de 2020 a 2022.

2.2 A INFLAÇÃO EXPLICADA: TIPOS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A inflação pode ser definida, conforme Vasconcelos e Garcia (2019), como o aumento contínuo e generalizado no índice de preços. Assim, deve-se considerar que “a inflação é um processo e não um fato isolado, envolve aumentos contínuos e não esporádicos e caracteriza-se por aumentos generalizados de preços e não isolados” (LANZANA, 2017, p.92).

As fontes de inflação costumam diferir entre países e entre as diferentes épocas, por causa das condições econômicas que apresentam em cada momento de

sua história. Conforme Vasconcellos e Garcia (2019), as fontes da inflação diferem-se em três aspectos: (a) quanto às estruturas de mercado: condicionam a capacidade dos vários setores repassar os aumentos dos custos ao preço dos produtos; (b) grau de abertura da economia quanto ao comércio exterior: quanto maior o grau de abertura econômica, maior a concorrência, menores os preços, e mais suscetível a choques externos; e (c) estrutura das organizações trabalhistas: relações entre preços e salários.

Segundo Luque e Vasconcellos (1998), a disputa dos diversos agentes econômicos pela distribuição da renda representa a questão básica no fenômeno inflacionário. Daí decorre três tipos básicos de inflação em uma economia: Inflação de Demanda, Inflação de Custos e Inflação Inercial. Em suma, a Inflação de Demanda refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços. Conforme Vasconcellos e Garcia (2019), a probabilidade de ocorrer esse tipo de inflação aumenta quando a economia está produzindo em pleno emprego de recursos. Assim, um maior aumento na demanda terá como consequência a elevação dos preços. Existem alguns fatores que podem causar pressão de demanda, como o aumento da renda disponível; expansão dos gastos públicos; expansão do crédito e redução das taxas de juros e, a expectativa dos agentes econômicos (LANZANA, 2017).

Um segundo tipo de inflação que pode ser registrado na economia é a Inflação de Custos. Ocorre quando o nível da demanda permanece o mesmo, mas o custo de certos fatores importantes aumenta, acarretando um repasse aos preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019). Entre os fatores que podem causar aumento nos custos, Lanzana (2017) destaca taxa de juros, desvalorização cambial, o custo da mão-de-obra e aumento de impostos.

Por fim, cita-se a Inflação Inercial, que se conhece por memória inflacionária. Nesta, a inflação corrente decorre da inflação passada em um processo automático de realimentação dos preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019). “Ocorre independentemente de pressões de demanda ou de custos e está associada aos mecanismos de indexação da economia” (LANZANA, 2017, p. 93).

Nas Ciências Econômicas, são várias as teorias macroeconômicas que abordam o tema da inflação e são debatidas por estudiosos da área. A exemplo, cita-se a Teoria Monetarista, a Teoria Estruturalista, a Teoria Keynesiana e a Teoria

Inercialista, tais teorias podem ser usadas para compreender e classificar os tipos e as causas da inflação nas diversas economias do globo. No entanto, Lanzana (2017) deixa claro que nenhuma delas, isoladamente, é capaz de explicar o comportamento inflacionário brasileiro das últimas décadas.

A inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação (BACEN, 2023, p. 1).

A inflação alta causa diversas distorções na economia. Ela tem impacto sobre a renda, sobre a balança de pagamentos, sobre o mercado de capitais, sobre as expectativas empresariais e o mercado, em geral. Designa-se o efeito da inflação sobre a renda pelo termo popular de “imposto sobre o pobre”, isso porque a inflação alta deteriora o poder de compra da população, principalmente para aqueles que dependem de rendimentos fixos com prazos legais para o reajuste, como é o caso do salário mínimo. As pessoas que dependem do reajuste do salário mínimo são as prejudicadas pelos altos índices inflacionários, por não ter condições de se proteger com aplicações financeiras, por exemplo, pois necessitam consumir a maior parte de sua renda (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019).

A inflação também causa desequilíbrio na balança de pagamentos. “Elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumento de preços internacionais, encarecem o produto nacional em relação ao produzido externamente”, conforme demonstram Vasconcellos e Garcia (2019, p. 256). A elevação dos preços nacionais tende a estimular as importações e desestimular as exportações.

A desvalorização cambial é uma medida utilizada pelas autoridades monetárias a fim de reduzir o desequilíbrio no saldo da balança comercial, pois com a desvalorização cambial é possível tornar o produto interno competitivo novamente no mercado internacional, aumentando assim as exportações dos produtos domésticos e desestimulando as importações. Porém, políticas de ajustamento no balanço de pagamentos onde a política cambial exerce papel crucial, podem vir acompanhadas de redução no ritmo de crescimento, pois além da desvalorização da moeda, objetiva-

se conter a demanda agregada, a fim de reduzir as importações, conforme afirma Lanzana (2017).

Conforme Luque e Vasconcelos (1998), o mercado de capitais também é atingido quando ocorre um processo inflacionário intenso, tendo em vista a rápida deterioração do valor da moeda. Isso provoca o desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais, retraindo as aplicações em poupança e títulos. Com a inflação alta ocorre a estimulação da aplicação de recursos em bens fixos, como terras e imóveis, pois diferentemente dos ativos de renda variável, que geram incerteza devido a sua rentabilidade estar atrelada ao índice de correção que será utilizado ao fim do período, os ativos fixos costumam valorizar-se (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019).

A elevada taxa de inflação também tem impacto nas expectativas das empresas, uma vez que o setor empresarial é altamente sensível ao aumento dos preços e às incertezas no ambiente econômico. Com uma economia instável, as indústrias não se sentem seguras para investir em expansão produtiva, o que, em termos macroeconômicos, pode afetar negativamente os níveis futuros de produção e emprego (ELIAS, 2021). Segundo Vasconcellos e Garcia (2019), outros efeitos inflacionários também podem ser sentidos sobre o pagamento de dívidas, visto que estas foram adquiridas sem a formação de expectativas sobre o futuro. Então, no curto prazo o pagador sai ganhando com a alta no índice inflacionário e o credor sai perdendo, pois recebe a quantia reduzida pelo valor da inflação, sendo que poderia ter aplicado seu dinheiro de forma mais eficiente em alternativas rentáveis de investimento.

Mesmo que em um cenário de curto prazo a inflação traga benefícios para alguns agentes e negócios, no longo prazo poucos saem com vantagens, pois em um contexto geral, ela desfavorece toda a economia.

Embora os trabalhadores sejam os mais prejudicados, as perdas salariais farão que os empresários também percam, porque venderão menos; o governo é igualmente afetado, uma vez que a arrecadação de impostos é reduzida com a diminuição da produção e do poder aquisitivo dos trabalhadores. (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p. 257).

Tendo em vista os efeitos negativos da alta inflação, é válido ressaltar que a deflação também não é o objetivo em uma economia que busca crescimento. A deflação gera prejuízos ao setor produtivo, que perde com a venda de seus produtos

a um preço inferior ao da compra. Isso pode acarretar uma contração da economia, já que as famílias aguardam o futuro para realizar suas decisões de consumo e investimento (BACEN, 2023).

Assim sendo, a perspectiva de que os preços sejam estáveis ao longo do tempo gera segurança e previsibilidade, o que é importante para o planejamento dos agentes econômicos. O regime de metas para a inflação como referência na condução da política monetária é favorável quanto a isso, “dado que uma meta numérica representa uma boa estratégia para ancorar expectativas de inflação, o que, por sua vez, pode proporcionar efeitos favoráveis nos mercados financeiros e conseqüentemente na economia” (MONTES; FEIJÓ, 2009, p.1)

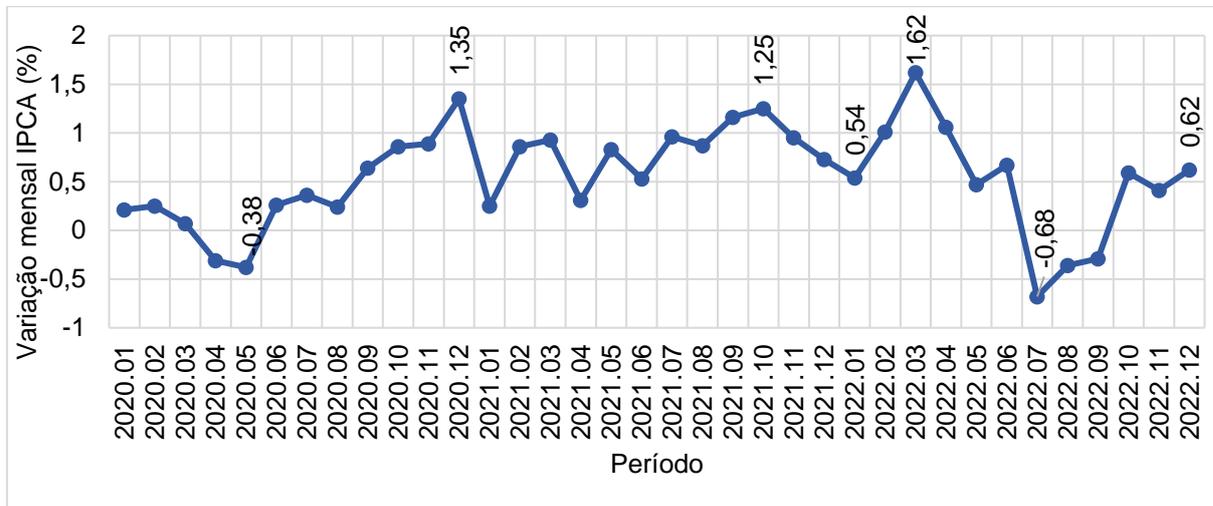
2.3 INFLAÇÃO NO BRASIL E O CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

Por conta da extensa trajetória da inflação, o Brasil aprimorou os instrumentos para monitorar e mensurar o comportamento do nível geral de preços. Com finalidades específicas, alguns índices medem preços ao consumidor, outros os preços ao produtor, diferindo também no intervalo de análise e divulgação dos dados. Todos eles foram necessários dado às experiências inflacionárias já vivenciadas pelo país. Conforme lembra o Banco Central do Brasil: “A inflação alta e volátil fez com que a evolução dos diferentes preços diferisse ainda mais entre si, levando à necessidade de índices de preços mais específicos para cada propósito” (BACEN, 2023, p.01).

Em particular, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice de referência do sistema de metas da inflação. Ele estima o custo da “cesta de produtos e serviços” que reflete padrões e hábitos de consumo da população brasileira, com renda mensal de qualquer natureza entre 1 e 40 salários mínimos (BACEN, 2023). Compõe a cesta os seguintes itens: alimentação, habitação, artigos de residência, vestuário, transporte, saúde, despesas pessoais, educação e comunicação. Como a cesta do IPCA é uma aproximação da cesta da maioria das famílias brasileiras, a importância de cada despesa é diferente de família para família.

Na Figura 1 observa-se as variações ocorridas no IPCA, que retrata um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, durante o período de 2020 a 2022 (IBGE, 2022).

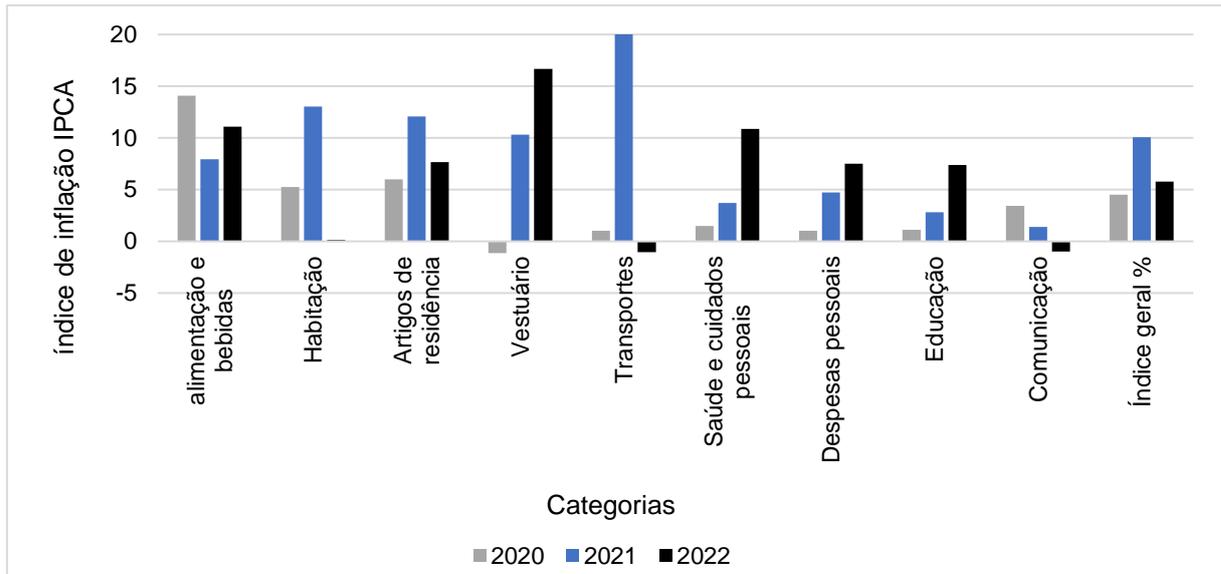
Figura 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mensal (%) de janeiro de 2020 a dezembro de 2022



Fonte: IBGE (2022).

Em 2020 o cenário inflacionário do país apresenta alterações substanciais e agravadas, principalmente, devido à pandemia da Covid-19. Observa-se que nos meses de março a maio de 2020, coincidentes com o período de maior isolamento social, o índice mensal de preços ao consumidor amplo diminui. Entretanto, inicia em junho uma trajetória de crescimento, impulsionada pela categoria de alimentação e bebidas, que encerra o ano de 2020 com inflação acumulada de 14,09%, bem acima do índice geral do ano, que foi de 4,52%. Outras categorias do IPCA, como habitação e artigos de residência, também contribuíram para elevar o índice inflacionário. Na Figura 2, a seguir, pode-se observar a variação nos índices de preços das categorias que compõe o IPCA, no período de 2020 a 2022.

Figura 2 – Índice de inflação por categorias, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor amplo (IPCA) - 2020 a 2022



Fonte: IBGE (2023).

Em 2021, mesmo com uma queda significativa no índice de janeiro (se comparado a dezembro do ano anterior), o IPCA retoma sua trajetória de crescimento, encerrando o ano com inflação acumulada de 10,06%, como pode ser observado na Figura 1. Contribuíram para o resultado inflacionário as categorias de transportes (21,03%) e habitação (13,05%), impactadas diretamente pela elevação do preço dos combustíveis e da energia elétrica.

A elevação dos preços das *commodities* e os desafios nas cadeias produtivas globais refletem as mudanças nos padrões de consumo causados pela pandemia. Também, uma demanda substancialmente maior por bens, impulsionada por políticas expansionistas, resultou em um desequilíbrio global, onde a oferta imediata de vários produtos não conseguiu acompanhar a demanda excessiva. Esse desequilíbrio foi agravado por questões como escassez de mão de obra, problemas logísticos e restrições na produção. A bandeira da energia elétrica em escassez hídrica também exerceu forte pressão inflacionária em 2021. De fato, o considerável aumento na taxa// de inflação em 2021, que ultrapassou as metas estabelecidas, foi um fenômeno global que impactou a maioria dos países desenvolvidos e emergentes. (BACEN, 2022)

Em 2022, o IPCA atinge seu pico no período analisado em março (1,62%), como observa-se na Figura 1. Nos meses que se seguem, o índice começa uma trajetória descendente, encerrando o ano com inflação acumulada de 5,79%, acima

do limite de tolerância estabelecido pelo regime de metas inflacionárias do Banco Central do Brasil.

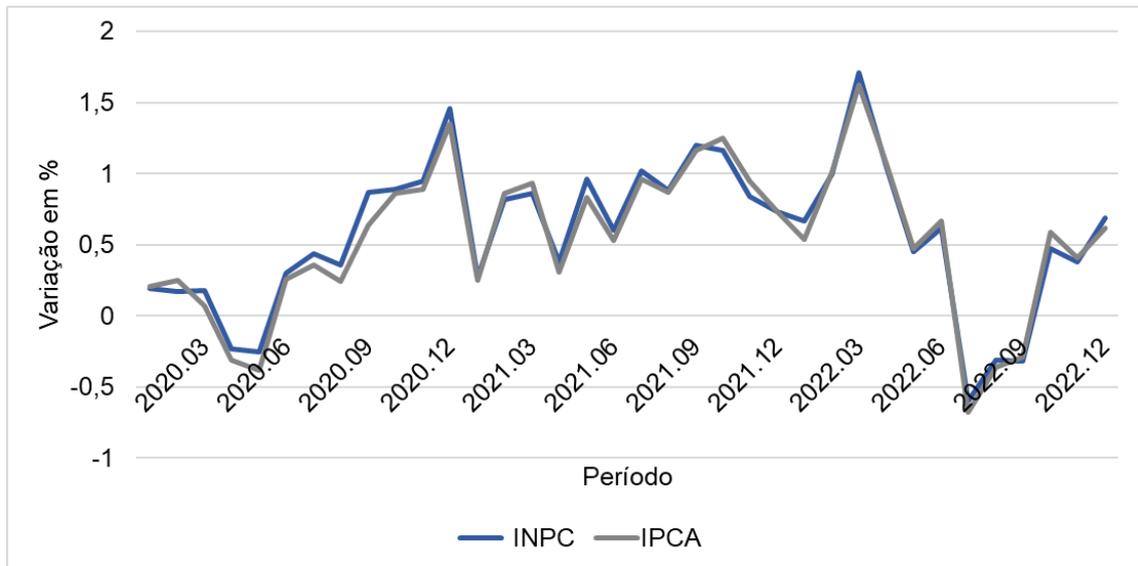
Os principais fatores que levaram a inflação em 2022 a ultrapassar o limite superior de tolerância foram os seguintes: i. inércia da inflação do ano anterior; ii. elevação dos preços de *commodities*, em especial do petróleo; iii. desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; iv. choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; e v. retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de Covid-19 e consequente aumento da mobilidade. Por outro lado, vários fatores agiram no sentido contrário, reduzindo o desvio da inflação em relação à meta: i. redução na tributação sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações; ii. comportamento da bandeira de energia elétrica, que passou de escassez hídrica para bandeira verde; iii. apreciação cambial; e iv. hiato do produto no campo negativo. Nesse sentido, ressalta-se o papel do aperto da política monetária para a contenção da inflação (BACEN, 2023, p. 3).

Outro importante indicador das características comportamentais do nível geral de preços brasileiro é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com rendimento mensal de 1 a 5 salários mínimos. É o índice de referência utilizado para reajustes em aposentadorias e no salário mínimo. “Tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento” (IBGE, 2023, p. 1). Assim como o IPCA, o INPC também é divulgado mensalmente, na primeira quinzena do mês subsequente ao mês de referência.

Na Figura 3 apresentam-se as variações ocorridas no INPC durante o período de 2020 a 2022. A partir de sua avaliação, é possível inferir sobre o poder de compra de parcela significativa da população brasileira, que possui renda média mensal de 1 a 5 salários mínimos.

No segundo semestre de 2020, verifica-se crescimento contínuo em ambos os índices inflacionários, sendo a categoria de alimentação a que apresenta maiores aumentos nos preços. É perceptível como o INPC difere do IPCA neste período inicial da pandemia. Percebe-se que o INPC apresenta índices mais elevados no período março a dezembro de 2020, quando comparado ao IPCA. É notável como a inflação foi decrescente em relação à renda. Dentro das categorias de Alimentação e Habitação, a pressão foi maior para as famílias de baixa renda.

Figura 3 - Variação mensal Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (%) – janeiro de 2020 a dezembro de 2022



Fonte: IBGE (2022).

Em 2020 o INPC apresentou variação de 5,33% no ano, crescimento esse, maior que o índice oficial da inflação (IPCA) registrado, que foi de 4,52% no ano. Isso ocorreu porque todos os 10 itens com maior influência na inflação eram pertencentes a cesta de consumo das famílias com renda até 1,5 salário mínimo, e todos ficaram acima da média de inflação do ano. Enquanto para as famílias com renda superior a 11,5 salários mínimos somente cinco dos dez itens de maior influência vieram dos grupos Alimentação e Habitação. Entre os destaques para esta faixa de renda há diversos itens com peso muito baixo no orçamento das famílias de menor renda, como os automóveis novos e passagens aéreas (CAMPELO et al., 2022).

Em 2021, o INPC anual foi de 9,72%, situando-se abaixo do índice inflacionário oficial, que registrou 10,06%. Já em 2022, o INPC foi de 5,8%, acompanhando o índice inflacionário oficial da economia que ficou em 5,79%, conforme IBGE (2023). Percebe-se que, na perspectiva comparada, o INPC apresentou índices inflacionários mais intensificados do que o IPCA em maior parte do período analisado, o que evidencia o fato de a população com menor renda sofrer mais com os efeitos da inflação. Destaca-

se o ano de 2020, em que o índice inflacionário dos alimentos, item predominante em sua cesta de consumo, esteve bastante elevado.

Conforme destaca o BACEN (2023), a inflação implica diminuição do poder de compra da moeda. Logo, a incidência da inflação sobre cada categoria da cesta de produtos e serviços também têm um peso distinto sobre cada classe da população. Daí segue que a inflação corrói o poder de compra de todos os indivíduos da economia, no entanto, as classes mais pobres da população são as mais afetadas por esse mal.

Outro indicador de preços muito utilizado é o Índice Geral de Preços - FGV (IGP). É um índice abrangente de preços, que inclui não só preços ao consumidor (IPC), mas também preços ao produtor (IPP) e custos da construção (INCC). O IGP possui variações que diferem no período de coleta e nas aplicações, os dois mais utilizados são IGP-M e IGP-DI (BACEN, 2023).

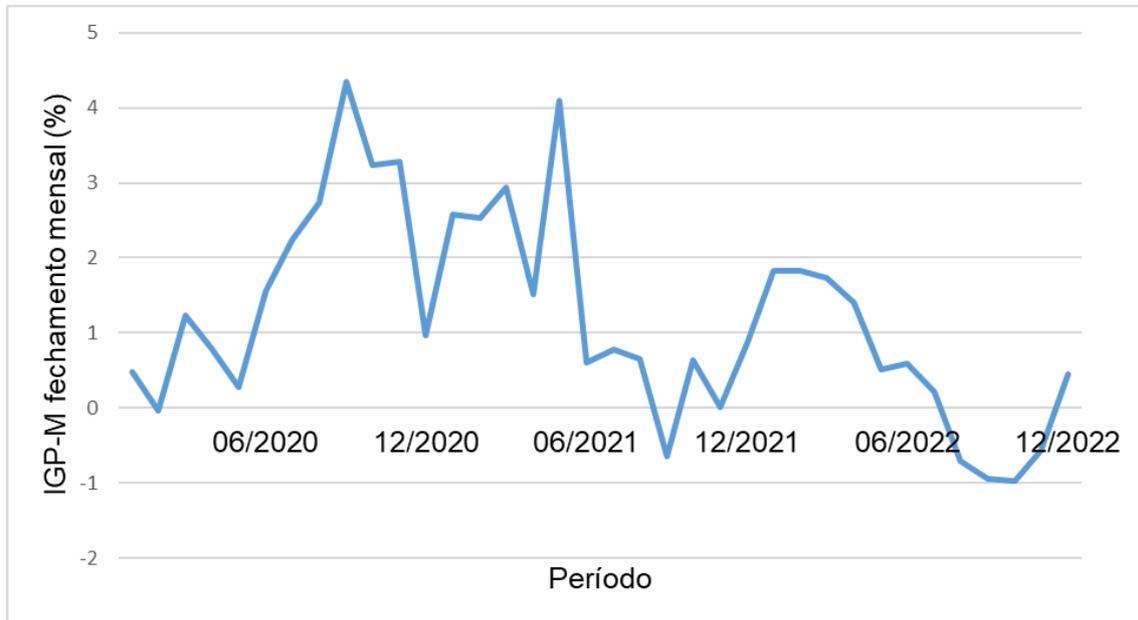
O Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) está relacionado às empresas, indústrias e investidores, sendo medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV) e divulgado no site da instituição. Acompanha as variações nos preços de diversos setores e é utilizado como referência para atualizações nos valores de serviços, como energia elétrica, planos de saúde, mensalidades escolares e, especialmente, aluguéis de imóveis residenciais e comerciais (DAMASCENA, 2022).

Ainda, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) é usado como referência para correções de preços e valores contratuais. Também é diretamente empregado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e das contas nacionais em geral (IBRE-FGV, 2014).

A Figura 4 apresenta o comportamento do IGP-M, no período de 2020 a 2022. Percebe-se que o índice teve muitas oscilações neste período avaliado, principalmente no segundo semestre de 2020 ao segundo semestre de 2021. O IGP-M é uma média de outros três indicadores, sofre por isso, absorve pressões externas, como a alta do dólar e os preços dos produtos, tanto importados como exportados. Essas variações estão fortemente relacionadas com a pandemia da Covid-19, que fez com que os preços das *commodities* disparasse nos mercados externos. “Também a taxa de câmbio, com a valorização do dólar torna a exportação mais vantajosa para

os produtos brasileiros, diminuindo a oferta dentro do Brasil e aumentando os preços” (CAMPOS, 2021, p. 01).

Figura 4 - IGP-M fechamento mensal (%) (2020 a 2022)



Fonte: FGV (2023).

Com a intensificação da pandemia da Covid-19 no Brasil, a partir de março de 2020, houve significativa queda na demanda.

Entre março e abril, com a expectativa de uma queda aguda da demanda e sem perspectivas de quando o consumo iria se normalizar, além da necessidade de cumprir regras de distanciamento social para segurança dos trabalhadores nas fábricas, as indústrias botaram os pés no freio na produção (CARRANÇA, 2020, p. 01).

O varejo seguiu o mesmo ritmo ditado pela indústria. Precisando gerar caixa para honrar com seus compromissos financeiros, passaram a consumir seu estoque tanto de insumos como de produtos acabados, conforme cita Carrança (2020).

Por meio de estudo de acompanhamento realizado pelo IBGE (2020), é possível verificar os primeiros impactos da pandemia da Covid-19 na indústria. Em agosto de 2020, 33,5% das empresas em funcionamento registraram que a pandemia teve efeito negativo sobre a empresa. Sendo que, 8,1% das empresas em funcionamento tiveram de reduzir o quadro funcional e 20,1% das empresas em

funcionamento anteciparam as férias dos funcionários. Ainda 31,4% indicaram dificuldades para fabricar produtos ou atender clientes e 46,8% indicaram dificuldades para acessar fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias.

Com a retomada gradual das atividades após o período de quarentena, surge um descompasso entre a demanda das empresas para repor seus estoques e a indústria que precisa produzir as mercadorias, uma vez que esta se encontra com baixos níveis de estoque. Ocorre então, uma escassez de matéria-prima no mercado nacional. Esse foi um dos fatores que contribuiu significativamente para a inflação brasileira contemporânea.

Conforme Miebach (2021, p. 01), “Inicialmente cabe recordar que a pandemia se apresentou como um choque simultâneo de oferta e de demanda sobre as economias”. É possível observar os reflexos deste choque entre oferta e demanda de bens e serviços, através da variação dos índices de preços citados anteriormente.

Argumenta-se que o regime de metas para a inflação, criado pelo Banco Central do Brasil e adotado com sucesso até o presente, é necessário para transmitir confiança aos agentes econômicos em um cenário inflacionário e de incertezas. Um valor fixado por uma entidade nacional, como a meta de inflação, proporciona segurança e transparência aos agentes externos, atraindo investimentos que fazem a economia crescer. Qualquer evento adverso que ocorra, desviando a meta de inflação e alterando o funcionamento da economia e dos agregados macroeconômicos, provoca um efeito contrário: afugenta investimentos, desvaloriza o câmbio, aumenta a taxa de juros, altera balança comercial, oferta e demanda e, também, o nível de preços da economia.

A pandemia teve repercussões abrangentes no Brasil, afetando todos os aspectos da sociedade. A saúde pública foi severamente impactada, com um aumento dramático no número de casos e óbitos, sobrecarregando os sistemas de saúde e expondo as deficiências estruturais do sistema. Além disso, as medidas de restrição adotadas para conter a propagação do vírus causaram um impacto econômico significativo. Houve o fechamento de empresas, resultando em uma grande perda de empregos e um aumento da taxa de desemprego. Setores como turismo, comércio varejista e restaurantes foram duramente atingidos, levando a uma diminuição no consumo e na atividade econômica. As desigualdades sociais também foram acentuadas, com os grupos mais vulneráveis enfrentando dificuldades ainda maiores,

como falta de acesso a serviços de saúde adequados e maior exposição à pobreza. A pandemia trouxe desafios significativos para o país, exigindo respostas rápidas e efetivas do governo e da sociedade para minimizar os impactos e buscar a recuperação econômica e social.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 trouxe à realidade brasileira novamente a questão inflacionária, que não era discutida com o rigor atual desde a implementação do Plano Real, em 1994. Tendo em vista todas as experiências brasileiras com a inflação, tantos planos econômicos e medidas fracassadas já registradas pela história, é compreensível a hesitação e insegurança econômica como ocorreu, principalmente no primeiro semestre de 2020, com a intensificação da pandemia no país e no mundo.

Tendo em vista o exposto, infere-se que a inflação ocorrida no Brasil durante o interstício de 2020 a 2022 não pode ser definida como um tipo específico, visto que há um misto de Inflação de Demanda e Inflação de Custos. A política expansionista adotada pelo governo brasileiro e de tantos outros países para estimular o crescimento econômico – que despencou com o agravamento da pandemia – criou um excesso de demanda no mercado. Complementarmente, dada a escassez de matéria-prima e mão de obra, refletiu diretamente no preço das mercadorias.

A inflação de demanda no período da pandemia da Covid-19 se deu, principalmente, devido às restrições na produção e na oferta de bens e serviços. Durante a pandemia, medidas de isolamento social e restrições operacionais impactaram diretamente setores-chave da economia, como a indústria e o comércio. Isso resultou em interrupções nas cadeias de suprimentos, escassez de matérias-primas e redução na capacidade produtiva. Em alguns casos, houve queda acentuada da demanda devido ao fechamento de estabelecimentos comerciais e às medidas de distanciamento social. No entanto, em outros setores, como alimentos e produtos de higiene, a demanda aumentou, devido à necessidade de estoque e ao aumento do consumo doméstico. Face à oferta limitada, a demanda existente não pode ser plenamente atendida, o que levou a aumentos nos preços dos produtos disponíveis.

Além disso, a adoção de medidas de distanciamento físico e restrições de capacidade em estabelecimentos comerciais também contribuíram para um aumento

nos custos de produção, afetando a oferta e os preços dos bens e serviços. Assim, a inflação de custos veio logo em sequência e interligou com a inflação de demanda. O aumento dos custos de produção foi impulsionado por diversos fatores, como a alta nos preços de matérias-primas, a escassez de insumos e os custos adicionais relacionados às medidas de segurança e adaptação das empresas ao novo contexto. Esses aumentos nos custos foram repassados aos preços dos produtos e serviços, impactando diretamente a inflação.

O governo e o Banco Central adotaram medidas para mitigar esses efeitos, como o controle da política monetária e a adoção de políticas fiscais e de crédito. No entanto, o equilíbrio entre a oferta e a demanda, juntamente com os custos de produção, continuou sendo um desafio relevante para a estabilidade econômica nos anos seguintes ao início da pandemia.

Os contextos econômicos e sociais diferem, mas o fato de a inflação implicar na deterioração do poder de compra, principalmente do salário mínimo, não se altera. A inflação alta afeta fortemente a população que se localiza na base da pirâmide de distribuição da renda, diminuindo ainda mais seu poder de compra e também mudando as rotinas e dinâmicas familiares. Esses fatos corroboram para acentuar ainda mais as desigualdades sociais já existentes no país e aumentar a proporção de população pobre e de pessoas que vivem em extrema pobreza.

Após explorar todos os tipos de inflação, abordar os indicadores mais populares utilizados para mensurar os índices inflacionários e contextualizar com os dados registrados no período de 2020 a 2022, durante a pandemia da Covid-19, é fundamental destacar que existem outros fatores e dinâmicas econômicas envolvidas nesse contexto complexo. Logo, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise desses fenômenos inflacionários, considerando aspectos específicos como setores econômicos mais afetados, políticas governamentais adotadas para mitigar os impactos inflacionários, e o papel das expectativas dos agentes econômicos na formação dos preços. Além disso, é válido explorar os desdobramentos da inflação em diferentes períodos pós-pandemia, avaliando as consequências de longo prazo e as estratégias utilizadas para a recuperação econômica.

Em suma, diante da complexidade desses fenômenos inflacionários, é necessário continuar investigando e aprofundando o conhecimento para compreender plenamente seus efeitos e buscar soluções efetivas. As pesquisas futuras poderão

contribuir para a formulação de políticas mais adequadas e estratégias econômicas mais sólidas diante de situações semelhantes no futuro.

2.5 REFERÊNCIAS

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária - Histórico de metas para a inflação.** [S./]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária - O que é inflação.** [S./]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária - Índices de preços.** [S./]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Controle da inflação - Carta Aberta 2021.** Brasília, 11 de jan. de 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/OF_CIO_823_2022_BCB_SECRE_01.pdf. Acesso em: 18 de mar. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Controle da inflação - Carta Aberta 2022.** Brasília, 10 de jan. de 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2022.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

CAMPELO, Aloisio; BRAZ, André Furtado; LIMA, Taíse Ferraz; AZEVEDO, Júlio Cezar de. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres.** FGV, 25 de abr. de 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

CAMPOS, Luiz Paulo Gião de. **Duelo de índices: IGP-M e IPCA em tempos de pandemia.** [S./]. 01 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/347864/duelo-de-indices-igp-m-e-ipca-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CARRANÇA, Thais. **Pandemia gera escassez de matéria prima e faz os preços das mercadorias subirem no Brasil.** BBC News/Brasil, São Paulo, 24 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55048624>. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

CONASS - CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAUDE. **Painel CONASS completa 1000 dias de divulgação diária.** [S./]. 03 de mar de 2023. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

CONCEIÇÃO, Cláudio. **O Brasil e os impactos da guerra.** FGV, Conjuntura econômica, mar. de 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/o-brasil-e-os-impactos-da-guerra>. Acesso em: 12 de dez de 2022.

DAMASCENA, Breno. **Índice de reajuste de aluguel: como explicar para o locatário?** Estadão Imóveis, 17 de dez de 2022. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/aluguel/indice-de-reajuste-de-aluguel-como-explicar-para-o-locatario/>. Acesso em 31 de jan. de 2023.

ELIAS, Juliana. **Como a inflação alta impacta o emprego, a renda e a economia.** São Paulo, 08 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/como-a-inflacao-alta-impacta-o-emprego-a-renda-e-a-economia/#:~:text=E%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20s%C3%B3%20para,derrubam%20o%20crescimento%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **IGP-M resultados 2020.** [S./]. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2020?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=fgvnoticias-2022-01-04. Acesso em: 23 de jan. de 2023.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **IGP-M resultados 2021.** [S./]. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2021?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=fgvnoticias-2021-01-04. Acesso em: 23 de jan. de 2023.

FGV-IBRE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índice geral de preços-disponibilidade interna - Metodologia.** [S./], mai. de 2014, ed. 291014. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/metodologia-igp-di-atualizado-em-maio-2014-edt291014.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O IBGE apoiando o combate a Covid-19 – Brasil – indicadores de empresas.** [S./] ago. de 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo.** [S./]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 30 de jan. de 2023.

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 1737 - IPCA - série histórica com número índice, variação mensal e variação acumulada em 3 meses, em 6 meses, no ano e em 12 meses (a partir de**

dezembro/1979). [S./]. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1737#resultado>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **INPC - índice nacional de preços ao consumidor.** [S./]. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 30 de jan. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação.** [S./]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 04 de jan. de 2023.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 7060: IPCA – Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços a partir de janeiro de 2020.** [S./]. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202209/c315/all/d/v/2265%202//,p+t+v,c315/resultado>. Acesso em: 02 de nov. de 2022;

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **IPEA prevê inflação de 1,8% para 2020.** Ipea, 19 de jun. de 2020. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35847. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Cap 8)

LEVY, Paulo Mansur. **Carta de conjuntura número 47, Seção Economia mundial.** IPEA, 20 de abr. de 2020. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200430_cc47_economia_mundial.pdf. Acesso em: 14 de dez. de 2022.

LUQUE, Carlos Antonio; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Considerações sobre o Problema da Inflação.** (cap. 18). In: Manual de economia: equipe de professores da USP /Amaury Patrick Gremaud... [et al]; organizadores: Diva Benevides Pinho, Marco Antonio S. de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 7 ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

MIEBACH, Alessandro Donadio. **Os preços e a inflação na pandemia.** Jornal da universidade UFRGS, [*Porto Alegre*] 06 maio de 2021. Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/jornal/os-precos-e-a-inflacao-na-pandemia/?print=print>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

MONTES, Gabriel Caldas; FEIJÓ, Carmen Aparecida. **Decisão de preços em economias monetárias e metade inflação: a difícil conciliação entre crescimento e estabilidade de preços.** Scielo Brasil, dez. de 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/hMVCxDL3Yj9XsLSMrLdkw8y/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 24 de jun. de 2023.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Henriquez.
Fundamentos de economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Cap. 5 e 13).

3 ARTIGO 2 - VULNERABILIDADE SOCIAL E PODER DE COMPRA DO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

3.1 INTRODUÇÃO

É inerente à natureza humana criar expectativas, pois isso impulsiona a humanidade crescer e se desenvolver. A criação de expectativas se dá em diversas áreas e momentos do cotidiano, com a economia não é diferente. Para que possa existir a expectativa é necessário a previsão, informação ou alguma condição que sustente sua existência. É a partir das expectativas com relação ao comportamento dos mercados que os agentes tomam decisões importantes, que as famílias optam por gastar ou poupar, que as empresas decidem investir ou resguardar e que, os mercados de uma forma geral, definem seus preços (BCB, 2023).

Assim, a criação de expectativas por parte dos agentes econômicos (consumidores, empresários, governos, especialistas e investidores de risco) desempenha um papel crucial no funcionamento dos mercados e na tomada de decisões econômicas. Conforme Franco (2022), esse processo de formação de expectativas e tomada de decisões por parte dos agentes econômicos depende do conjunto de informações disponíveis e da reação dos agentes a essas informações. Neste contexto, a mídia é forte influenciadora, pois é através das notícias que os agentes obtêm uma visão da economia e atualizam suas expectativas. Durante cenários adversos, caracterizados por crises econômicas ou por incertezas globais, as expectativas da população em relação aos mercados podem ter impacto significativo na dinâmica econômica.

Recentemente se experienciou o impacto de um cenário adverso na economia, com a pandemia da Covid-19. No Brasil, no início de 2020, as expectativas eram de retomada do crescimento econômico, ao se recuperar lenta e gradualmente da recessão enfrentada entre o segundo trimestre de 2014 até o final de 2016 (BALASSIANO, 2020). Entretanto, conforme afirma Veloso (2022), a pandemia de Covid-19 teve, inicialmente, forte impacto negativo na atividade econômica e no mercado de trabalho.

Com a intensificação da pandemia da Covid-19 no Brasil, em março de 2020, medidas emergenciais foram adotadas pelas entidades nacionais e privadas a fim de estimular o isolamento social e combater a propagação do vírus. Essas medidas tiveram grande impacto na atividade econômica como um todo, em particular, nas dinâmicas do emprego e renda. A pandemia também escancarou as desigualdades sociais, acentuando os níveis de pobreza da população.

Entre 2020 e 2022, as formas de trabalho sofreram transformações rápidas e profundas, com novas práticas e tendências emergindo em resposta às restrições e desafios enfrentados. O trabalho remoto, aliado à digitalização e ao uso das tecnologias, e a flexibilidade de horários se tornaram mais comuns, conforme a Fundação Dom Cabral (FDC, 2021). Essas mudanças moldaram uma nova visão do trabalho, levando a transformações duradouras na forma como as organizações e os profissionais interagem e colaboram.

Concomitante à intensificação da pandemia da Covid-19 no Brasil, também se verificou o início de um processo de aceleração inflacionária, decorrente dos estímulos monetários e fiscais adotados pelo governo e entidades monetárias competentes (VELOSO, 2022). A deterioração do poder de compra do salário mínimo é consequência do processo de aceleração inflacionária. Dados da última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), referente a 2021, mostram que quase 70% da população auferia um salário mínimo ou menos como renda domiciliar per capita, o que torna a política de reajuste do salário mínimo um dos principais determinantes da condição de vida material da maioria da população brasileira (WELLE et al., 2022).

As expectativas das famílias se alteram com a perda do poder de compra, pois a capacidade de adquirir uma quantidade específica de bens e serviços com determinada quantia de dinheiro também muda. A inflação, por meio da taxa de aumento geral dos preços, reduz o poder de compra de uma moeda, tornando necessário um aumento proporcional na quantidade de dinheiro para a população adquirir a mesma quantidade de bens e serviços (MENDONÇA, 2007).

O presente artigo tem o propósito de acompanhar as transições pelas quais a economia brasileira vem passando no decorrer dos últimos anos e analisar os indicadores econômicos brasileiros no período da pandemia, com o objetivo de compreender a atual conjuntura econômica e os desafios socioeconômicos

vivenciados pela população. Organizou-se a redação, de forma que, além desta introdução, apresenta-se brevemente o cenário econômico no período pré-pandemia, com intuito de observar as mudanças ocorridas nos principais indicadores econômicos e nas expectativas dos agentes, numa segunda seção. Na sequência, será apresentado os impactos da pandemia sobre alguns dos indicadores conjunturais e seus impactos sociais. Por fim, serão apresentadas suas implicações sociais, bem como, os impactos econômicos das expectativas dos agentes em situações adversas

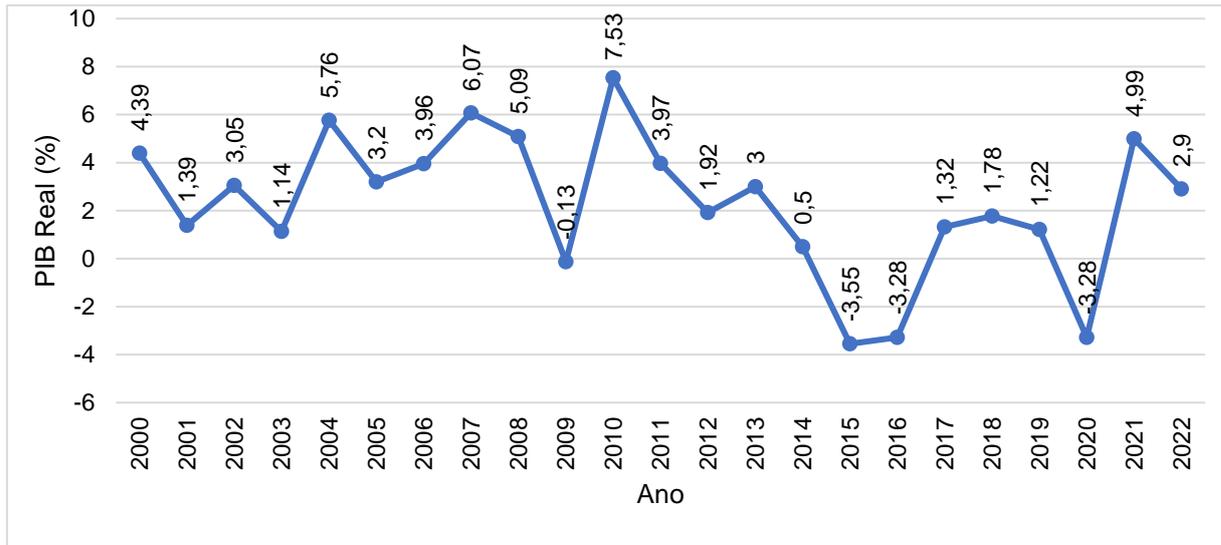
3.2 ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ-PANDEMIA DE COVID-19

O cenário econômico brasileiro no período de 2000 a 2020 foi marcado por uma série de eventos e transformações que influenciaram o desenvolvimento econômico do país. Durante esse período, o Brasil experimentou momentos de crescimento robusto, crises políticas e econômicas e desafios estruturais. A primeira década do milênio ficou marcada por dois fenômenos internacionais: a ascensão da China como potência econômica de destaque e provedora de bens industriais para o mundo; e a crise financeira internacional e seu impacto sobre a distribuição de forças econômicas e políticas entre economias avançadas e emergentes (CRUZ et al., 2013).

No entanto, a partir de 2014, o Brasil entrou em profunda recessão, alta inflação e aumento do desemprego. Fatores como a queda dos preços das *commodities*, escândalos de corrupção, instabilidade política e a falta de reformas estruturais contribuíram para a crise. A recessão da economia brasileira de 2014 a 2017 teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, influenciados por erros de políticas públicas, que limitaram o potencial de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado (FILHO, 2017).

Na sequência, é possível acompanhar alguns dos indicadores econômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), Inflação, Rendimento e Desemprego, que refletem o contexto econômico e político para o período (Figura 1).

Figura 1 - Produto Interno Bruto (PIB) real anual – 2000 a 2020



Fonte: IPEA (2023).

O Brasil foi positivamente favorecido com a ascensão da China, estabeleceu relações comerciais com o país, com destaque para a exportação de *commodities*, que possuem forte demanda internacional e elevado valor comercial (CRUZ et al., 2013). Este fator explica o ótimo desempenho do PIB brasileiro, com crescimento médio em torno de 4% a.a., que se deu até 2008. Em 2009, observou-se queda no desempenho do PIB, decorrente da crise econômica mundial que assolava as economias desenvolvidas e refletia nas demais. No entanto, após rápida recuperação da economia brasileira, a primeira década do milênio encerrou com um PIB favorável.

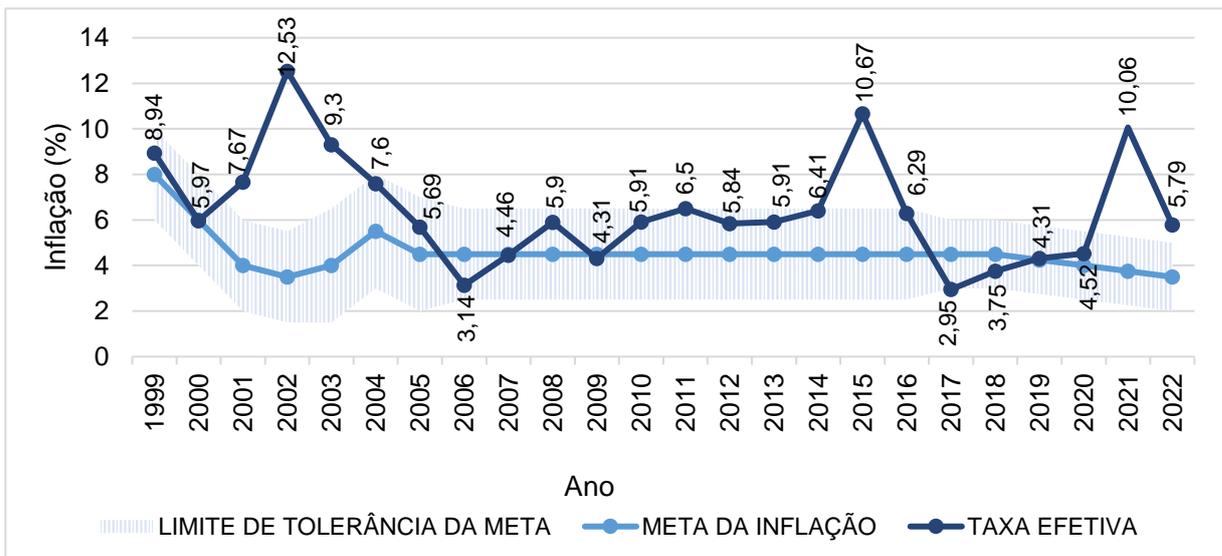
Durante os anos de 2010 a 2015, verificou-se queda na taxa de crescimento do PIB do Brasil, chegando ao valor negativo (-3,55) em 2015. Nos anos 2015 e 2016, a deterioração dos cenários político e econômico produziu uma das maiores recessões da história econômica brasileira. Em termos anuais, os recuos foram de 3,5%, tanto para 2015 como para 2016 (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 12). Em 2017, após as reformas fiscal e monetária, observa-se o início de uma recuperação lenta do PIB, que termina em 2020 com o início da pandemia da Covid-19.

É característico às economias da América Latina a adoção de âncoras nominais como forma de controlar e estabilizar a taxa de inflação. Quando um país opera sob regime de câmbio flutuante, a política deixa de ser endógena ao câmbio e é necessário estabelecer uma estratégia clara para conduzi-la com o objetivo de alcançar estabilidade nos preços. Nesse sentido, a estratégia de metas de inflação tem se mostrado uma opção viável para várias economias, visando atingir essa

estabilidade (MENDONÇA, 2007). No Brasil, a política monetária é implementada levando em consideração a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e como forma de flexibilização, foram definidos intervalos de tolerância para estas metas. O não cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional exige explicação pública das razões ao Ministério de Estado da Fazenda (BACEN, 2023).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o indicador oficial utilizado para medir a inflação no país, utilizado pelo Banco Central do Brasil como base para calcular as metas inflacionárias. Este índice mede a inflação de uma cesta de produtos e serviços representativa do consumo das famílias brasileiras, com renda de 1 a 40 salários mínimos. A evolução da inflação através do IPCA no interstício de 2000 a 2020 pode ser acompanhada na Figura 2.

Figura 2 - Inflação no Brasil medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 1999 a 2020



Fonte: IBGE (2023).

No período de análise, a inflação ficou fora do limite de tolerância em 5 momentos: i) 2001, quando a meta era de 4%, com intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais para mais ou para menos; ii) 2002, quando a meta era 3,5%, também com intervalo de tolerância de 2 p.p; iii) 2003, quando a meta era de 3,5%, posteriormente revisada para 4%; iv) 2015, quando a meta era de 4,5%; e v) 2017, quando a inflação

registrou índices abaixo do limite de tolerância da meta que era de 3% para o ano. (BACEN, 2023).

Conforme carta aberta ao Ministro da Fazenda, a inflação acima da meta estabelecida pelo Banco Central é atribuída aos seguintes fatores: i) Em 2001 atribuiu-se a inflação tanto aos choques externos (citando-se o ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos e a Crise Argentina) quanto aos choques internos que atingiram o país durante o ano. ii) Em 2002, a inflação deveu-se a conjugação perversa de uma severa crise de confiança na evolução da economia brasileira e ao forte aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, com a eleição de Lula à presidência. iii) Em 2003, a insegurança em relação ao novo governo aumentou o índice inflacionário, principalmente nos primeiros meses do ano (BACEN, 2023, p.01).

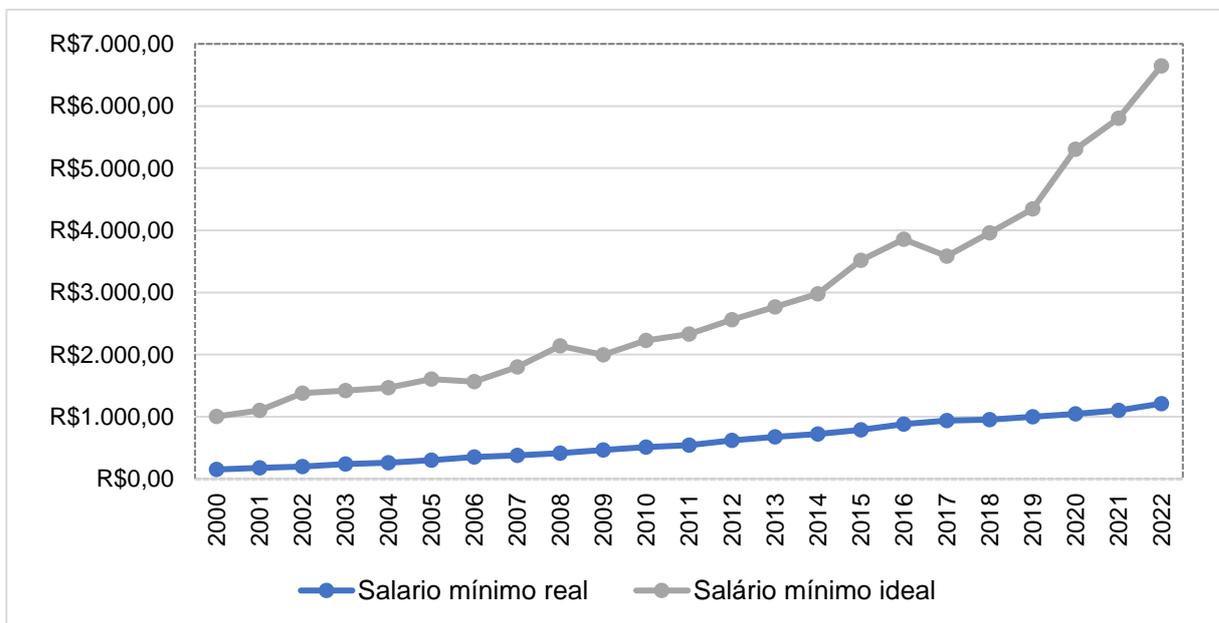
Já em 2015 a inflação foi consequência da crise em todos os ambientes macroeconômicos do período. O nível de inflação refletiu, em grande parte, os efeitos dos ajustes de preços relativos na economia, como o realinhamento dos preços administrados por contrato em relação aos chamados “preços-livres” e o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais (BACEN, 2023). Em 2017, o índice ligeiramente abaixo deveu-se a rápida recuperação econômica, além do esperado, principalmente no início do ano e a redução consistente e substancial da taxa básica de juros da economia. O que elevou o poder de compra da população, propiciando a retomada do consumo e da atividade econômica de forma geral (BACEN, 2023).

Conforme os dados da última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), no Brasil, aproximadamente 70% da população vivem com um salário mínimo ou menos como renda mensal domiciliar *per capita*. Portanto, seu reajuste é imprescindível para manter o poder de compra da população.

O salário mínimo nominal é o menor salário definido por lei para remuneração do trabalhador brasileiro (IPEADATA). Este considera o reajuste anual acrescido pela estimativa esperada de inflação para o ano subsequente, ao qual é reajustado o nível mínimo dos salários da economia. Já o salário mínimo ideal diz respeito ao valor necessário para atender as necessidades do trabalhador, tais como: itens básicos de alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Para a realização deste estudo é considerada uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças (DIEESE, 2023).

Na figura 3 abaixo, é possível observar a evolução do poder de compra do salário mínimo. É válido ressaltar que o DIEESE considera em sua metodologia de pesquisa o homem como sendo o único responsável pelo sustento do lar. Atualmente, a mulher é independente, contribuindo também na renda do domicílio e, não raras vezes estes papéis se invertem. Portanto, divide-se o salário mínimo ideal por dois, em um cenário onde ambos os adultos recebem renda e são responsáveis, em conjunto, pelo sustento do lar.

Figura 3 – Evolução do poder de compra – perspectiva comparada entre salário mínimo real e salário mínimo ideal – (2000 a 2022)

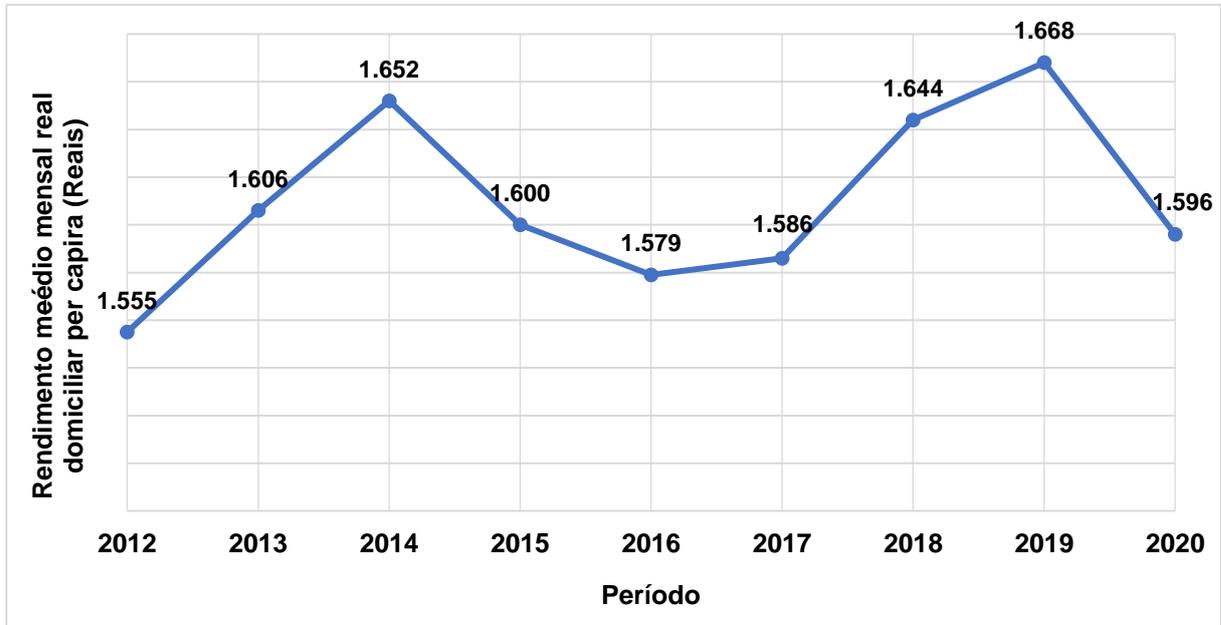


Fonte: DIEESE, 2023.

A partir de 2003 foi evidenciado a melhoria no poder aquisitivo e no bem-estar das famílias de baixa renda, justificada pela queda contínua na taxa de desemprego e notável crescimento do acesso ao crédito, resultando no fortalecimento do mercado doméstico, que desempenhou um papel crucial na resiliência da economia perante a crise internacional de 2007-2008 (CRUZ et al., 2013, p. 05). Face à Figura 4, observa-se que no período de 2014 a 2016 têm-se significativa queda na renda real da população, dado a crise econômica e o índice inflacionário registrado no período. A

partir de 2017 a renda real começa a recuperar o poder de compra, porém apenas entre 2018 e 2019, têm se uma renda real similar à registrada em 2014.

Figura 4 - Rendimento real domiciliar mensal *per capita* - 2012 a 2020



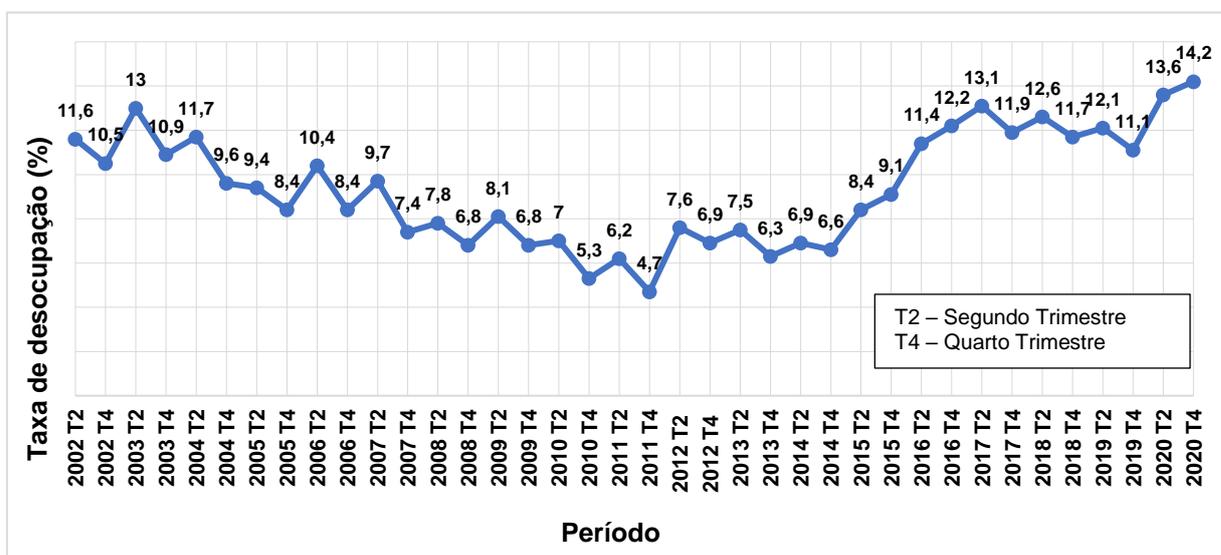
Fonte: IBGE; IPEA (2023).

Durante os primeiros anos da primeira década do milênio, o Brasil enfrentou uma conjuntura econômica desfavorável, resultante de crises internacionais e internas, o que contribuiu para o aumento do desemprego. Em 2003, por exemplo, a taxa de desocupação chegou a atingir cerca de 13%. No entanto, “O mercado de trabalho brasileiro apresentou alto dinamismo entre 2004 e 2014, com forte geração de empregos formais, queda da taxa de desemprego e redução da informalidade” (SABOIA et al., 2021, p. 1). Com a implementação de políticas econômicas e sociais voltadas para o crescimento e a redução da desigualdade, o mercado de trabalho começou a se recuperar gradualmente. A valorização do salário mínimo no período contribuiu para a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho principal, e também na redução das desigualdades salariais de gênero (SABOIA et al., 2021).

Na Figura 5, é possível acompanhar a evolução dos indicadores sociais de desemprego no Brasil para o período de 2002 a 2020. Evidencia-se que a forte crise econômica que atingiu o mercado brasileiro nos anos de 2015 e 2016 acarretou um

impacto devastador sobre o mercado de trabalho, refletindo no primeiro semestre de 2017 a maior taxa de desocupação do período em análise, de 13,1% (SABOIA et al., 2021). A partir do segundo semestre de 2017 a 2020, houve uma lenta recuperação econômica, acompanhada de uma redução gradual na taxa de desocupação. No entanto, em 2020, a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo no mercado de trabalho brasileiro, resultando em um aumento expressivo do desemprego.

Figura 5 - Taxa de desocupação da população por trimestre (%) (2002-2020)



Fonte: IBGE (2023).

Adicionalmente, destaca-se que a distribuição da renda, que vinha melhorando desde os anos 2000, continuou sua trajetória favorável até 2016. A partir de 2014, com o início da recessão econômica e a crise de 2015/2016, a transferência dos benefícios do crescimento econômico para o salário mínimo por meio dos ajustes anuais diminuiu. A partir de 2016, os reajustes do salário mínimo passaram a depender principalmente da taxa de inflação do ano anterior. Até 2017, o mesmo ainda teve aumentos reais, impulsionados pela considerável queda da inflação nesse ano. No entanto, a partir desse ponto, a trajetória do salário mínimo tornou-se desfavorável (SABOIA et al., 2021).

Diante dos cenários de instabilidade econômica experienciados pelos agentes, principalmente na última década, é visível como os sentimentos dos agentes em relação às expectativas é capaz de impactar produção, consumo, investimento,

inflação e os preços das ações, em parte, sem base em fundamentos econômicos (FRANCO, 2022). Assim, faz-se necessário realizar uma análise detalhada a respeito da influência da inflação para a deterioração do poder de compra da população de baixa renda e as consequências sociais resultantes, conforme será explorada na próxima seção.

3.3 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS BRASILEIROS PARA O PERÍODO DE 2020 A 2022

A pandemia da Covid-19 provocou mudanças em todos os âmbitos da sociedade, alterando hábitos, prioridades e, até mesmo, as formas de pensamentos das pessoas. Seus impactos são sentidos diariamente nas novas rotinas e comportamentos da população, por meio de mudanças nas dinâmicas de ensino e aprendizagem, trabalho e relacionamento interpessoal e, principalmente, nas rotinas de compras de grande parte da população brasileira.

O comércio e a Indústria sofreram perdas consideráveis em 2020. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o comércio teve queda de 4,0% em ocupação e queda de 7,4% em números de empresas, impactando na perda de 404,1 mil postos de trabalho. A indústria brasileira também teve registros negativos para o ano de 2020, com queda de 4,5% em sua produção, chegando a recuar 27,1% nos meses de março e abril de 2020, com as medidas de isolamento social adotadas no país (ABDALA, 2021).

As dinâmicas de produção foram atingidas fortemente ainda no momento inicial da pandemia da Covid-19, os números negativos registrados na produção deixaram explícito as mudanças que estavam por vir. As cadeias produtivas e as empresas, como um todo, passaram por uma profunda reorganização. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020) destaca a necessidade das grandes empresas em buscar aumentar sua resiliência nas redes de produção através da diversificação de seus fornecedores, a fim de reduzir sua vulnerabilidade e dependência internacional e estimular o desenvolvimento da produção nacional.

O Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia da Covid-19, seja pelo altíssimo número de óbitos registrados desde seu início, seja pelos resultados econômicos desfavoráveis. Em 2020, o PIB brasileiro registrou a maior queda da

história recente, de 4,1%, desde então, a economia veio se recuperando a passos lentos.

Na Tabela 1 é possível analisar o IPCA acumulado no período de 2020 a 2022 por categorias, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 1 - IPCA acumulado por ano por categoria em percentual (2020 a 2022)

Categoria	2020	2021	2022
Alimentação e bebidas	14,09	7,94	11,64
Habitação	5,25	13,05	0,07
Artigos de residência	6	12,07	7,89
Vestuário	-1,13	10,31	18,02
Transportes	1,03	21,03	-1,29
Saúde e cuidados pessoais	1,5	3,7	11,43
Despesas pessoais	1,03	4,73	7,77
Educação	1,13	2,81	7,48
Comunicação	3,42	1,38	-1,02
Índice geral (%)	4,52	10,06	5,79

Fonte: IBGE (2022).

Com o anúncio da pandemia nos noticiários e toda a precaução exigida para diminuir o contágio do vírus, os primeiros produtos que tiveram notório aumento de preço foram os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), esse fato deveu-se basicamente a uma explosão da demanda. Artigos como álcool gel 70%, máscara e luvas chegaram a registrar um aumento de até 1.000% no momento inicial da pandemia, isto quando o produto estava disponível para venda (PEDUZZI, 2020). A deficiência e, até mesmo, ausência destes insumos nas prateleiras das farmácias foi justificado pelo aumento exponencial da demanda por estes produtos:

É totalmente normal quando um produto cuja oferta sempre foi historicamente estável repentinamente vivencia um surto de demanda. Não há como a oferta instantaneamente se adaptar a uma súbita explosão da demanda. Aumentar a produção de algo é um processo complexo, que leva tempo, e que exige investimentos (FONSECA, 2020, p.1).

Ademais, dentre todos os itens que registraram inflação em virtude da pandemia, o setor alimentício é o que mais se destaca e que possui maior contribuição para a perda de poder aquisitivo dos consumidores, principalmente àqueles que tiveram sua renda prejudicada nesse período. Ao se referir às variações na categoria

alimentação e bebida (14,09%), as maiores variações mensais foram registradas nos meses de março (1,13%) e abril (1,79%), logo após as medidas de isolamento social adotadas em função da pandemia e, também, nos últimos quatro meses de 2020, com variações superiores a 1,70% ao mês (IBGE, 2021).

Os produtos que mais contribuíram para a alta do grupo foram o óleo de soja (103,79%), o arroz (76,01%), o leite (26,93%), as frutas (25,40%) e as carnes (17,97%). Além disso, os preços de outros itens importantes na cesta das famílias brasileiras, como a batata-inglesa (67,27%) e o tomate (52,76%) também tiveram altas expressivas em 2020 (IBGE, 2021, p. 13-14).

Alegretti (2021) afirma que a quarentena levou muitas pessoas para casa, isso ocasionou o aumento no consumo de alimentos. O medo de um possível desabastecimento fez com que consumidores estocassem comida. E o principal, a população vulnerável que acessou ao Auxílio Emergencial foi expressiva, sendo que todos esses fatos – conjugados – pressionaram o aumento na demanda por alimentos. Para alguns setores, é mais rápido ajustar sua oferta com a nova demanda do mercado, mas para o setor alimentício não é tão simples, pois envolve o plantio de produtos que foram cultivados há um ano atrás, em outro cenário (ALEGRETTI, 2021).

Além do mais, a desvalorização do real, assim como uma ampla lista de outras moedas, perante o dólar proporcionou o aumento nas exportações das *commodities* brasileiras, pois tal prática passou a ser mais rentável para as empresas do que a venda ao mercado interno. As importações também diminuíram em função da desvalorização cambial, reduzindo a oferta de produtos no mercado doméstico (CARRANÇA, 2020). Tais fatores também contribuíram para as pressões inflacionárias sobre os setores essenciais.

Assim, apesar do índice inflacionário geral da economia ter ficado dentro da margem de erro prevista pelo Banco Central do Brasil (4,52%), os altos índices inflacionários registrados nas categorias de alimentação e bebidas (14,09%), habitação (5,25%) e artigos de residência (6,00%) deterioraram o poder de compra do trabalhador brasileiro. Em conjunto, os três grupos (alimentos, bebidas e habitação) responderam por quase 84% do IPCA de 2020 (IBGE, 2022). Os transportes, segundo maior peso na composição do IPCA, fecharam o ano com alta de 1,03%. Por outro lado, o único grupo a apresentar variação negativa foi vestuário (-1,13%) (IBGE, 2022).

Em 2021 o IPCA encerrou o ano com variação de 10,06%, sendo a categoria transportes a responsável pelo maior impacto no índice (21,03%). Na sequência vieram habitação (13,05%), alimentação e bebidas (7,94%), os três grupos (transporte, alimentação e bebidas) responderam por cerca de 79% do IPCA de 2021. Cabe mencionar ainda as variações acumuladas dos grupos artigos de residência (12,07%) e vestuário (10,31%) (IBGE, 2022).

A alta do grupo transportes está relacionada principalmente ao comportamento do preço dos combustíveis ao longo de 2021. Na categoria habitação, as principais contribuições vieram da energia elétrica (21,21%) e do gás de botijão (36,99%). Na alimentação no domicílio as maiores altas vieram do café moído, da mandioca e do açúcar refinado, outros itens tiveram queda nos preços o que justifica a queda no índice desta categoria de um ano para o outro. Nos artigos de residência, os destaques foram os itens mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos. Além disso, os preços dos produtos: Tv, som e informática também subiram em 2021. A alta dos preços do grupo vestuário no segundo semestre, especialmente nos meses de outubro e dezembro, foi a quarta maior dentre o conjunto dos grupos do IPCA. Os itens com maior variação foram as joias e bijuterias e as roupas masculinas. (IBGE, 2022).

Em 2022, o IPCA encerrou o ano com índice de 5,79%. O resultado de 2022 foi influenciado principalmente pelo grupo alimentação e bebidas (11,64%), na sequência veio saúde e cuidados pessoais (11,43%). Já a maior variação veio do grupo vestuário (18,02%), que teve altas acima de 1% em 10 dos 12 meses do ano. Por sua vez, os transportes (-1,29%) tiveram a maior queda e o impacto negativo mais intenso entre os nove grupos pesquisados (IBGE, 2023).

Em 2022, a alta do grupo alimentação e bebidas foi impulsionada pela alimentação no domicílio (13,23%). “A alimentação fora do domicílio, por sua vez, também subiu 7,47%. Enquanto a refeição teve aumento de 5,86%, a alta do lanche foi de 10,67%” (IBGE, 2023). Em saúde e cuidados pessoais, a maior contribuição inflacionária veio dos itens de higiene pessoal (16,69%). Outro destaque foi o plano de saúde, com alta de 6,90%. Destaca-se, ainda, a alta de 13,52% dos produtos farmacêuticos. No grupo vestuário, os preços das roupas femininas e das roupas masculinas subiram acima de 20% no acumulado do ano. Em habitação, as principais contribuições vieram do aluguel residencial, da taxa de água e esgoto e do

condomínio. Vale mencionar ainda as altas de quase 20% dos artigos de limpeza e de pouco mais de 6% no gás de botijão.

Diante das adversidades econômicas vivenciadas pela população brasileira no interstício de 2020 a 2022, a deterioração do poder de compra do salário mínimo real é um fato que atinge fortemente as populações de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, tendo visto os elevados índices inflacionários registrados no período, principalmente em produtos que integram a cesta básica.

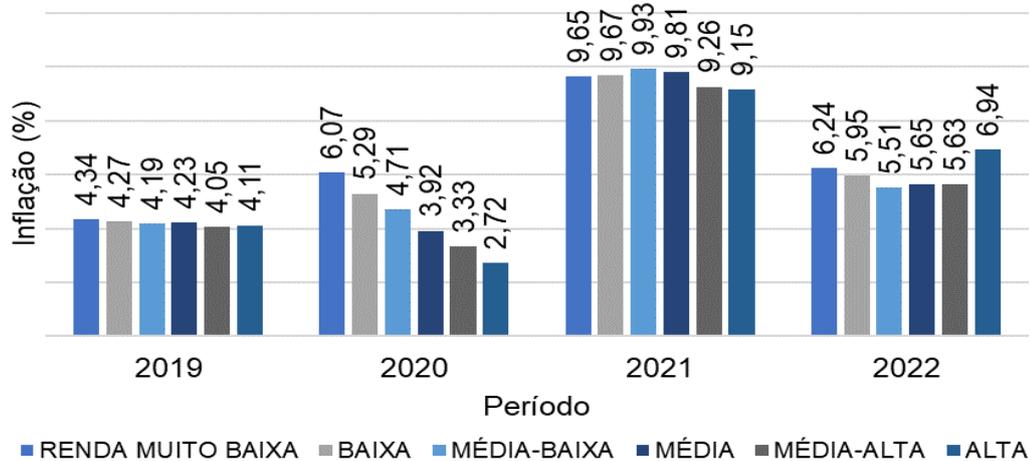
O poder de compra de uma família varia conforme o índice de preços, no entanto, todo índice de preços é uma média ponderada dos preços de uma cesta de consumo representativa. Portanto, depende de cada família a quantidade e a parcela de valor que destinam para consumir cada produto. Desta forma, o poder de compra pode variar de maneira distinta entre grupos sociais, conforme Pieri (2021).

O IPEA classifica em seis as faixas de distribuição da renda e utiliza as variações individuais de preços auferidas pelo Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), do IBGE. As seis diferentes ponderações dos índices de preços ao consumidor são definidas com base nas Pesquisas de Orçamento Familiar (POFs), também do IBGE. As classes são estas:

- Renda muito baixa: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, menor que R\$ 1.808,79;
- Renda baixa: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88;
- Renda média-baixa: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,4;
- Renda média: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26;
- Renda média-alta: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49;
- Renda alta: refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, maior que R\$ 17.764,49.

A Figura 6 evidencia algo já perceptível por uma grande parcela da população, ou seja, de que a inflação se constitui na principal causa da deterioração da renda real.

Figura 6 - Impacto da inflação por faixas de renda



Fonte: IPEA (2022).

Em 2020, a inflação foi decrescente em relação à renda. Dentro das categorias de alimentação e habitação, a pressão foi maior para as famílias com rendas mais baixas. Isso porque todos os 10 itens com maior influência na inflação eram pertencentes a cesta de consumo das famílias com renda até 1,5 salário mínimo, e todos ficaram acima da média de inflação do ano. Enquanto para as famílias com renda superior a 11,5 salários mínimos somente cinco dos dez itens de maior influência vieram dos grupos alimentação e habitação. Entre os destaques para esta faixa de renda há diversos itens com peso muito baixo entre as famílias de menor renda, como os automóveis novos e passagens aéreas (CAMPELO et al., 2022).

As famílias de renda muito baixa acumulam uma inflação de 3,53% em 2020 e de 5,33% em 12 meses, enquanto a faixa de renda alta vem se beneficiando da queda no preço dos serviços e acumula 1,04% em 2020 e 2,48% em 12 meses (LISBOA, 2020, p. 01).

Em 2021, o índice inflacionário registrado foi ainda maior que no ano anterior e o impacto foi distribuído de forma semelhante sobre as diferentes classes de renda. Isso se deve ao fato de a inflação não estar localizada em uma categoria específica, essencial para a vida humana, independente da faixa de renda, como foi o caso dos alimentos em 2020.

Assim sendo, vale ressaltar que a pandemia atingiu mais fortemente as populações que já eram mais vulneráveis. Os efeitos da Covid-19 no aumento das desigualdades já existentes foram acentuados e não é surpreendente que as famílias que enfrentavam um contexto desafiador continuem a sofrer as piores consequências da pandemia, conforme informa o Banco Mundial (2021).

Em especial, a adoção das medidas de isolamento social e o fechamento temporário de comércios e indústrias consideradas não essenciais, a fim de reduzir a circulação de pessoas, exerceram grande impacto nas estatísticas de emprego em 2020. Registrou-se aumento no número de desemprego, que cresceu de 11,9% em 2019 para 14,9% no terceiro trimestre de 2020. A taxa de ocupação da população brasileira também sofreu declínio, somente 49,4% da população em idade de trabalhar, estava ocupada neste mesmo ano. Essa queda da ocupação foi disseminada por todos os trabalhadores da economia. A taxa média de informalidade também recuou, passando de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020 (IBGE, 2021, p. 1).

A renda média per capita brasileira diminuiu no período de 2020 a 2022. Em 2020, a renda média per capita era de R\$ 2.410,80, em 2021 esse valor diminuiu e, em 2022, atingiu a mínima de R\$ 2.176,32 per capita, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU, 2023). Já o rendimento médio mensal real por pessoa nos domicílios brasileiros, em 2021, foi de R\$ 1.353, representando o valor mais baixo registrado desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012. Embora tenha havido um aumento no número de pessoas empregadas neste ano, o total de renda mensal proveniente de todas as formas de trabalho teve uma queda de 3,1% em termos reais (BELANDI, 2022, p. 1).

Os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a sociedade vão muito além do âmbito da saúde pública e economia. “A pandemia vem expondo, agravando as desigualdades sociais e enfraquecendo as redes de segurança social, ameaçando a saúde das populações vulnerabilizadas, que são também as mais afetadas pelo vírus” (MACHADO; GARCIA, 2022, p. 2).

Sobre o poder de compra na pandemia, uma pesquisa realizada pelo Procon de São Paulo, com alvo o público consumidor, aproximadamente 70% afirmaram ter diminuído sua renda individual. Destes, 40,45% afirmaram ter sido em decorrência da paralisação parcial ou total de suas atividades de autônomo ou empresário; 23,33%

apontaram a causa como sendo da redução salarial e, para 19,32% a queda foi em decorrência de demissão. Ainda, para 16,89% a diminuição foi gerada pela necessidade de terem que passar a contribuir para a renda familiar em decorrência de desemprego e/ou morte na família. Na mesma pesquisa, 88,86% dos consumidores afirmaram ter de reduzir ou cortar seus consumos habituais. Destes consumos, os mais apontados foram: alimentação (69,18%), telefonia e internet (33,67%), contas de consumo como água, luz, gás (33,06%) e saúde (26,88%). O que para os especialistas pode indicar uma piora na qualidade de vida (PROCONSP, 2021, p. 1).

Diante das crises econômicas e sanitárias decorrentes da pandemia de Covid-19, aumentou o número de pessoas que apresentam algum tipo de insegurança alimentar. O Ministério da Saúde (2022, p.1), define a segurança alimentar como: “o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes para uma vida saudável, são os requisitos básicos para a promoção da saúde, garantindo o pleno desenvolvimento e a qualidade de vida”.

Entre agosto e dezembro de 2020 mais da metade dos domicílios brasileiros (59,4%) apresentaram algum grau de insegurança alimentar. Isso implica em um número de mais de 125,6 milhões de brasileiros que não se alimentaram como deveriam ou já conviviam com a incerteza quanto ao acesso de alimento no futuro (PRADO, 2021, p.1).

Segundo CORECON (2022), a insegurança alimentar grave no Brasil foi seis vezes maior quando ocorreu desemprego e quatro vezes maior em situação de trabalho informal, também aumentou em 19% em domicílios com algum morador desempregado. Também, domicílios com 1/4 de salário mínimo per capita apresentaram prevalência de insegurança alimentar grave 2,5 vezes superior à média nacional (CORECON, 2022, p. 29).

O alto índice inflacionário registrado nos últimos anos, decorrente da crise da pandemia da Covid-19, principalmente no setor alimentício, transformou as rotinas de compras da população brasileira. Tornou-se necessário a substituição de produtos alimentícios por seus similares, para adequar o orçamento familiar, já limitado, aos novos preços do mercado. Conforme Prado (2021), alimentos importantes na dieta regular deixaram de ser consumidos, a redução no consumo de alimentos saudáveis foi de 85% em pessoas com níveis de insegurança alimentar. Dentre os alimentos

saudáveis com maior diminuição no consumo estão a carne (44%), depois as frutas (41%) e, também, hortaliças e legumes (37%). O ovo foi o produto com maior aumento no consumo durante a pandemia (18,8%), por ser uma proteína substituta da carne, e apresentar menor custo para o consumidor (PRADO, 2021, p.1).

Cabe evidenciar que a insegurança alimentar e nutricional não está ligada, unicamente, à falta de comida na mesa, mas também à qualidade dos alimentos que estão sendo ingeridos, a fim de atender as necessidades nutricionais do organismo humano. Em pesquisa realizada durante a pandemia da Covid-19, com intuito de compreender as mudanças na rotina alimentar dos brasileiros, Souza (2020) identificou que o consumo de alimentos processados e ultraprocessados disparou nesse período, passando de 9% em 2019 para 16%, em 2020. O estado emocional e o clima de insegurança que se instaurou durante a pandemia pode ter contribuído para o aumento no consumo destes alimentos, que se tornaram uma válvula de escape para situações estressantes, mesmo tendo conhecimento dos vários riscos que estes apresentam à saúde, conforme Souza (2020, p.1).

A triste realidade revelada por trás dos dados crescentes de insegurança alimentar coloca o Brasil a integrar novamente o mapa da fome da ONU, revelando um quadro de insegurança alimentar próximo ao ano de 2004 (CORECON, 2022, p. 2). A insegurança alimentar grave ocorre “quando de fato a família não tem o alimento em quantidade e qualidade suficiente para aquele dia. Ela pula refeição, ela tem uma refeição só no dia, ela não compra o alimento em quantidade suficiente para matar a sua fome” (CARDOSO, 2022, p.1). Em 2022, no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer, o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome (GUEDES, 2022, p.1).

Dados informados pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), através do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan), mais de 33 milhões de pessoas passavam fome em 2021, cerca de 15,5% da população. Em 2020 a fome esteve em 1 a cada 5 domicílios, cerca de 22%, que apresentavam uma renda familiar de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita*. Neste mesmo ano, a Insegurança Alimentar moderada se fez presente em 1 a cada 4 domicílios. A situação dos moradores das áreas rurais se mostrou mais grave em comparação àqueles da

área urbana, uma vez que apenas 36,2% dos domicílios rurais estavam em situação de segurança alimentar.

A crise sanitária provocada pela pandemia explicitou ainda mais as desigualdades sociais existentes. No ano de 2021, o número dos chamados “super ricos” crescia em mais de 30% comparado a 2020, com a adição de mais 77 nomes a lista, totalizando 315 bilionários que detêm 49,6% da renda nacional (SILVA; VENDRAMINI, 2023). É praticamente metade do PIB, distribuído em 1% da população, enquanto mais de 70% dos brasileiros dependem de reajustes no salário mínimo para manter seu poder de compra, corroído pela inflação. Concomitante, nos anos de 2020 e 2021, 11,7 milhões de brasileiros entraram na linha da pobreza nacional, totalizando 64,6 milhões de pessoas situação de pobreza social em 2021. (CATTO, 2023).

Entretanto, este crescente contingente de pessoas em situação de fome e miséria é, também, resultado do descrédito com as políticas sociais de segurança alimentar e nutricional que ocorrem no Brasil desde 2015, provocando tamanho retrocesso (CORECON, 2022).

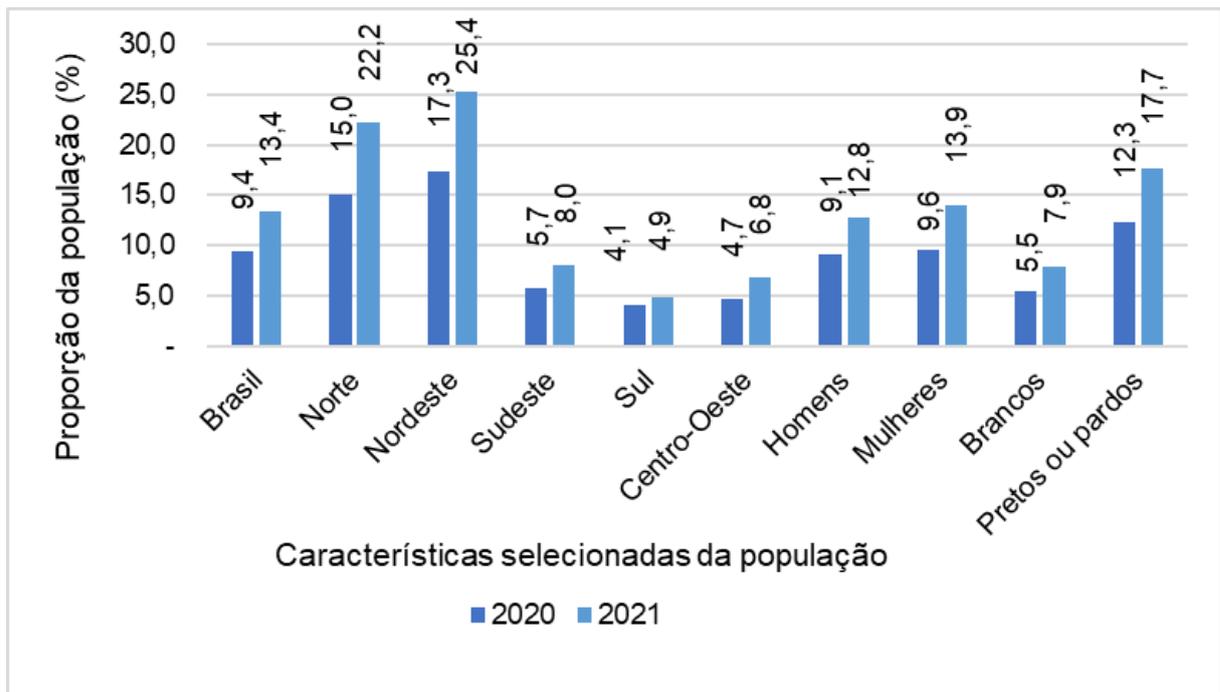
As crises explicitam, cada vez mais, que a insegurança alimentar está intimamente ligada à economia, especialmente quando os preços sobem aceleradamente e o número de pessoas desempregadas na população cresce depressa, como vem ocorrendo no atual cenário de crise política e socioeconômica que assolam o país (CORECON, 2022, p. 2).

O Índice de Gini é um indicador comumente utilizado para medir as desigualdades sociais por meio da concentração de renda da população. A pandemia contribui para aumentar ainda mais essas desigualdades, por meio da inflação e desemprego, com isso o crescimento do Índice de Gini em 2020 foi maior que o esperado (BRASIL, 2023, p. 1). O Índice de Gini passou de 88,2, em 2019, para 89, em 2020, isso implica em um aumento da concentração de renda no país. “Os incentivos lançados para combater a crise financeira, agravada pela pandemia da Covid-19, “aqueceram” o mercado de capitais, tendo como consequência o aumento do patrimônio dos chamados super-ricos” (SILVA; VENDRAMINI, 2023, p.1)

Outrossim, a Figura 7 comunica a proporção da população brasileira situada abaixo da linha da pobreza nacional. Os índices da população em situação de pobreza aumentaram de 2020 para 2021. O fator da pandemia está intimamente relacionado

com o aumento da pobreza. Ainda, a alta inflação dos alimentos registrada em 2020 que foi sentida, principalmente, pela população situada nas menores faixas de renda, e o crescimento deste índice em 2021, agravou o quadro de vulnerabilidade social destes indivíduos.

Figura 7 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo



Fonte: IBGE (2023).

O CORECON (2022) destaca que a situação de vulnerabilidade socioeconômica é mais grave para mulheres, pretas ou pardas, moradoras da região norte e nordeste. Estas tendem a ter uma renda domiciliar per capita menor e com uma família numerosa, não se consegue adquirir comida de qualidade e com frequência para todo mundo. Domicílios em que a referência “chefe de família” é mulher a insegurança alimentar é mais recorrente. Pretos/pardos são mais afetados pela insegurança alimentar grave. Também, 12% dos domicílios da área rural apresentam insegurança alimentar grave. Ainda, regiões do norte e nordeste tiveram, respectivamente, três e duas vezes mais domicílios expostos à insegurança alimentar grave que as regiões Sul/Sudeste (CORECON, 2022).

Tendo em vista o exposto, infere-se que a inflação está intimamente relacionada à perda de renda e à exposição das vulnerabilidades socioeconômicas da população, agravando as situações de pobreza e insegurança alimentar dos indivíduos. A pobreza aumenta a vulnerabilidade à insegurança alimentar, pois as pessoas com recursos limitados têm dificuldade em garantir uma alimentação adequada. A inflação, por sua vez, torna os alimentos mais caros, agravando a insegurança alimentar e impactando especialmente as pessoas em situação de pobreza.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário econômico adverso vivenciado nos anos 2020 a 2022, com o avanço da pandemia da Covid-19 sobre as populações do mundo todo, mostrou as fragilidades e evidenciou as problemáticas socioeconômicas brasileiras. Esse cenário de incertezas refletiu no tom pessimista das expectativas dos agentes econômicos para o período, que adiaram seus investimentos e, as famílias, diminuíram a parcela gasta com consumo, o que levou a uma retração no crescimento econômico no período.

As mudanças ocorridas nas dinâmicas de emprego e renda transformaram as relações de trabalho existentes, contribuindo para a consolidação de uma nova forma de trabalho que já vinha sendo adotada de forma tímida até então, o *home office*. Porém, os maiores impactos da crise econômica da pandemia foram sentidos pela parcela da população situada na base da pirâmide de distribuição da renda. Esta sentiu os piores efeitos da pandemia, com perda de emprego e renda, também teve seu poder de compra diminuído dada a alta inflação registrada no período, principalmente nos alimentos. Ainda, foi a parcela da população mais afetada pela letalidade do vírus, devido à exposição contínua ao risco e as condições limitadas de acesso à higiene pessoal.

A pandemia desnudou as faces das desigualdades sociais brasileiras, acentuando os níveis de pobreza e atenuando as diferenças entre as classes sociais. A elevada taxa de desemprego somado ao alto índice inflacionário, que foi decrescente em relação à renda, levou a um aumento no quadro de insegurança

alimentar e nutricional, que colocou o país a integrar novamente o mapa da fome da ONU.

Para combater esses desafios, são necessárias políticas e ações integradas. É preciso promover o desenvolvimento econômico inclusivo, com a criação de empregos e o acesso a oportunidades de renda. Além disso, investimentos em programas de proteção social, como transferências de renda e programas de segurança alimentar, são essenciais para garantir que as pessoas tenham acesso adequado a alimentos e outros recursos básicos. Controle da inflação e políticas econômicas sólidas também são fundamentais para manter a estabilidade e proteger o poder de compra das famílias de baixa renda. Ações conjuntas nessas áreas podem ajudar a reduzir a pobreza, melhorar a segurança alimentar e criar condições para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Apesar do exposto, vale ressaltar que o tema abordado possui uma complexidade significativa e há limitações no escopo desta pesquisa, também a escassez de dados secundários atualizados sobre determinados indicadores de desigualdades sociais, a exemplo, o Índice de Gini, dificultam certos pontos da análise.

Dessa forma, existem possibilidades de aprofundamento para pesquisas futuras, podendo realizar um acompanhamento ao longo do tempo para compreender as transformações sociais e econômicas decorrentes da pandemia. Isso permitiria uma análise mais abrangente das mudanças estruturais e de longo prazo na sociedade. Também cabe ser aprofundado um estudo de avaliação das políticas públicas, examinando criticamente as medidas adotadas pelos governos para enfrentar a crise, como programas de transferência de renda, subsídios e políticas de proteção social. Isso ajudaria a identificar as lacunas existentes e fornecer recomendações para melhorar a eficácia das políticas públicas.

3.5 REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Produção industrial fecha 2020 com queda de 4,5%, diz IBGE.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 02 de fev. de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/producao-industrial-fecha-2020-com-queda-de-45-diz-ibge>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

ALEGRETTI, Laís. **'Bolsocaro'? O que explica a inflação mais alta para os mais pobres durante a pandemia.** BBC News Brasil em Londres, 17 de mar. De 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56413841>. Acesso em 12 de ago. de 2021.

BALASSIANO, Marcel. **Expectativas para a economia em 2020 pré e pós coronavírus e perspectivas para 2021.** FGV, 29 de dez de 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/expectativas-economia-2020-pre-e-pos-coronavirus-e-perspectivas-2021>. Acesso em 15 de jun. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Expectativas de mercado.** [S./]. 20 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/expectativasmercado>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária - Histórico de metas para a inflação.** [S./]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda.** Brasília, 16 de jan. de 2002. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2001-2000-1999.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda.** Brasília, 21 de jan. de 2003. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2002.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda.** Brasília, 19 de fev. de 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2003.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda.** Brasília, 08 de jan. de 2016. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2015.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda.** Brasília, 10 de jan. de 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2017.pdf. Acesso em: 25 de mai. De 2023.

BELANDI, Caio. **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012.** Agência IBGE notícias, [S./]. 18 de jul. de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

BRASIL, Cristina Indio do. **Pandemia acentuou desigualdade brasileira, aponta estudo da FGV.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 14 de fev. de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/pandemia-acentuou-desigualdade-brasileira-aponta-estudo-da-fgv#:~:text=A%20pesquisa%20mostrou%20que%20o,calculado%20apenas%20na%20Pnad%20Cont%C3%ADua>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

CABRAL, Umberlândia. **Desemprego cai para 11,1% no quarto trimestre e taxa média anual é de 13%.** Agência IBGE notícias, 24 de fev. de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33041-desemprego-cai-para-11-1-no-quarto-trimestre-e-taxa-media-anual-e-de-13-2>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

CABRAL, Umberlândia. **Comércio tem queda recorde de 4% nos postos de trabalho em 2020.** Agência IBGE notícias, 24 de out de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34676-comercio-tem-queda-recorde-de-4-nos-postos-de-trabalho-em-2020>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

CAMPELO, Aloisio; BRAZ, André Furtado; LIMA, Taíse Ferraz; AZEVEDO, Júlio Cezar de. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres.** FGV, 25 de abr. de 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

CARDOSO, Leticia. **Insegurança alimentar: “o número pode estar subestimado, porque é muito doloroso dizer que não tem o que comer”.** Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP, 2022. Disponível em: < <https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/45092/53223>>. Acesso em 10, mai. 2023.

CARRANÇA, Thais. **Pandemia gera escassez de matéria prima e faz os preços das mercadorias subirem no Brasil.** **BBC News/Brasil**, São Paulo, 24 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55048624>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

CATTO, André. **Pobreza social bate recorde e atinge 64,6 milhões de brasileiros durante a pandemia, diz estudo.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/02/pobreza-social-bate-recorde-e-atinge-646-milhoes-de-brasileiros-durante-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Os impactos da pandemia nos setores produtivos mais afetados irão alcançar um terço do emprego e um quarto do PIB da região.** CEPAL, 02 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/os-impactos-pandemia->

setores-produtivos-mais-afetados-irao-alcancar-terco-emprego-quarto. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

CRUZ, Adriana Gonçalves da; AMBROSIO, Antonio Marcos Hoelz; PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage; NASCIMENTO, Marcelo Machado. **A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro.** BNDES, 16 de out de 2013. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 19 de jul. de 2023.

FDC - FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Home office também mudou em um ano de pandemia.** 7 de out de 2021. Disponível em: <https://sejarelevante.fdc.org.br/home-office-tambem-mudou-em-um-ano-de-pandemia/>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pandemia já afeta o trabalho de 53,5% das famílias, aponta FGV IBRE.** Portal FGV, 21 de mai. de 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-ja-afeta-trabalho-535-familias-aponta-fgv-ibre>. Acesso em: 25 de abr. de 2023.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017.** Rio de Janeiro, jan.- abr. de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt#:~:text=A%20crise%20de%202014%2F2017%20da%20economia%20brasileira%20teve%20como,geraram%20um%20custo%20fiscal%20elevado>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

FONSECA, Thiago. **Para que haja máscara e álcool em gel para todos, só há uma solução: deixa os preços subirem.** Mises Brasil, [S.l.]. 17 de mar. de 2020. Disponível em: <https://mises.org.br/article/3230/para-que-haja-mascaras-e-alcool-em-gel-para-todos-so-ha-uma-solucao-deixar-os-precos-subirem>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

FRANCO, Douglas de Medeiros. **Expectativas, incerteza econômica e sentimento.** João Pessoa/Paraíba, 26 de mai. de 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YcdSbj7QKw6t544CpvnvPvD/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

GUEDES, Aline. **Retorno do Brasil ao mapa da fome da ONU preocupa senadores e estudiosos.** Agência Senado, [S.l.]. 14 de out. de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasil%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 7533 – Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano, por classes simples de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita.** [S./]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7533#resultado>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.** [S./]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE - sistema nacional de índices de preços ao consumidor.** [S./]. 12 de jan. de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_dez.pdf. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Síntese Nacional de índices de preços ao consumidor.** [S./]. 11 de jan. de 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_dez.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Síntese Nacional de índices de preços ao consumidor.** [S./]. 10 de jan. de 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2022_dez.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2020.** [S./]. 26 de fev. de 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios Contínua segundo trimestre de 2020.** [S./]. 28 de ago. de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf. Acesso em: 15 de mar de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego – séries históricas.** [S./]. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?edicao=17949&t=series-historicas>. Acesso em: 12 de mai. De 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel PNAD Contínua – pessoas desocupadas**. [S.l.]. 2023. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 6784 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator**. Sidra IBGE, [S.l.]. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#resultado>. Acesso em: 16 de mai. de 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado: variação real anual**. [S.l.]. 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

LISBOA, Vinícius. **Alimentos representam 60% da inflação dos mais pobres em outubro**. Rio de Janeiro, 11 de nov. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/alimentos-representaram-60-da-inflacao-dos-mais-pobres-em-outubro>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

MACHADO, Letiane de Souza; GARCIA, Edna Linhares. **Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico**. Santa Cruz do Sul, jun. de 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KPhyJkfj3VnMgDJxhKsm6fD/#>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. **Metas para inflação e taxa de juros no Brasil: Uma análise do efeito dos preços livres e administrados**. Rio de Janeiro, set. de 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/hJrTMVCbfr7fVsJRSt6frpf/?format=html#>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Insegurança alimentar e nutricional**. Ministério da Saúde, [S.l.]. 14 de dez de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

PEDUZZI, Pedro. **Insumos hospitalares registram aumento acima de 1000%**. Brasília, 20 de mar. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/insumos-hospitalares-registram-aumentos-acima-de-1000>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

PIERI, Renan Gomes de. **Pandemia e a queda do poder aquisitivo dos brasileiros**. FGV, 23 de set de 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pandemia-e-queda-poder-aquisitivo-brasileiros>. Acesso em: 12 de mar de 2023.

PRADO, Cláudio. **Inflação e preço dos alimentos nesta pandemia. Como sobreviver?**. Fundação 1 de maio, 30 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.fundacao1demaio.org.br/artigo/inflacao-e-preco-dos-alimentos-nesta-pandemia-como-sobreviver/>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

PROCON SP - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE SÃO PAULO. **Poder de compra do consumidor na pandemia.** São Paulo, 25 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/poder-de-compra-do-consumidor-na-pandemia/>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

SABOIA, João; NETO, João Hallak; SIMÕES, André; DICK, Paulo C. **Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente.** Rio de Janeiro, 25 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

SILVA, Marcos Antonio da; VENDRAMINI, Célia Regina. **As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19.** Santa Catarina, jan. – abr. de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bXwHHGy6ftRhnwCM639HbPt/#>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

SOUZA, Ludmilla. **Consumo de alimentos ultraprocessados cresce na pandemia.** São Paulo, 17 de nov. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-11/consumo-de-alimentos-ultraprocessados-cresce-na-pandemia>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acompanhamento das ações de preservação do emprego e renda.** Ministério da Economia, 31 de jul. de 2020. Disponível em: <https://painel3.tcu.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=ias1%5Cpainel%20emprego%20e%20renda.qvw&lang=pt-BR&host=QVS%40IAS1&anonymous=true>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

THE WORLD BANK. **Impactos da Covid no Brasil: evidencia sobre pessoas com deficiência na Pandemia.** 14 de dez de 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/impactos-da-covid19-no-brasil-evidencias-sobre-pessoas-com-deficiencia-durante-a-pandemia>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

TINOCO, Guilherme; GIAMBIAGI, Fabio. **O crescimento da economia brasileira - 2018 a 2023.** BNDES, abril de 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

VELOSO, Fernando. **Efeitos persistentes de crises econômicas.** FGV IBRE, 31 de out. de 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/efeitos-persistentes-de-criises-economicas>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

WELLE, Arthur; FURNO, Juliane; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro.** UNICAMP, São Paulo, 18 de out de 2022. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/n18/nota-do-cecon-18.pdf>. Acesso em: 15 de mar de 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios da conjuntura econômica brasileira revelam a importância de realizar um estudo detalhado sobre os efeitos da Covid-19 nos índices inflacionários registrados no período de 2020 a 2022. Neste sentido, o presente estudo desenvolveu revisão bibliográfica, que permitiu compreender as diferentes tipologias de inflação e a avaliação na dinâmica e volatilidade dos principais índices de preços. Ademais, essa revisão estatístico-histórica a respeito da inflação brasileira exibiu as principais consequências sobre o poder de compra e condições de vulnerabilidade da população durante o período da pandemia de Covid-19.

Vale ressaltar que altos índices inflacionários, situados acima do limite de tolerância da meta estabelecida pelo Banco Central, têm impacto significativo sobre os processos de crescimento e desenvolvimento de um país. Um evento adverso, como o da pandemia da Covid-19, tende a reduzir o poder de compra da população situada nas menores faixas de distribuição da renda; desencorajar investimentos; elevar os custos empresariais, dado o aumento do custo da mão de obra e da matéria-prima; aumentar a taxa de juros, que estimulará a poupança, desencorajando investimentos e tornando o acesso ao crédito mais caro, o que impacta diretamente no crescimento econômico; a elevar a inflação, que mina a confiança de investidores e as expectativas dos agentes econômicos,; entre outros efeitos negativos sobre a economia.

Ao investigar os efeitos da Covid-19 nos índices inflacionários, foi possível obter uma visão esclarecedora sobre os fatores que influenciaram a variação dos preços e a consequente pressão inflacionária. A pandemia asseverou problemáticas sociais da economia brasileira, com interrupções nas cadeias de suprimentos, flutuações na demanda e mudanças nos padrões de consumo. Sobretudo, os resultados desta pesquisa destacaram os efeitos adversos da pandemia sobre os níveis de pobreza e fome, enfatizando a importância de políticas sociais e econômicas adequadas para reduzir essas consequências negativas.

Assim, os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 são perceptíveis pelo lado empresarial, especialmente micro e pequenas empresas que enfrentaram dificuldades financeiras devido à falta de demanda e restrições operacionais. No

entanto, eles são muito mais intensos e agravantes quando analisamos os estratos sociais da população.

A crise sanitária provocada pela Covid-19 colapsou o sistema de saúde, registrando índice de letalidade muito maior na população que já vivia em condições de vulnerabilidade social, devido a não terem condições físicas de adotar o protocolo de segurança de isolamento sociais e protocolos básicos de higiene, dada a precariedade de suas instalações. As medidas de isolamento social também causaram mais desemprego e impactaram na renda, o que levou ao aumento da informalidade e vulnerabilidade social destes indivíduos. As desigualdades sociais foram escancaradas, sendo possível observar o aumento da concentração da renda no país neste mesmo período, assim como da pobreza, insegurança alimentar, a miséria e a fome.

Logo, durante a pandemia ficou evidente a necessidade do Estado para mitigar os impactos econômicos e sociais. A intervenção estatal nesses momentos críticos serve como uma rede de segurança para os cidadãos, garantindo que necessidades básicas sejam atendidas e contribuindo para a estabilização da economia como um todo. Em momentos de crise, reconhece-se a importância da atuação estatal para garantir a proteção social e o bem-estar da população.

Em exemplo, cita-se que a transferência de renda para os grupos mais afetados tornou-se uma medida crucial para garantir a subsistência das pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil pandêmico. Esse tipo de estratégia também foi amplamente adotada pelos países do mundo todo durante a pandemia.

Considerado a complexidade do tema abordado, as limitações desta pesquisa se dão na profundidade a qual foi abordado o aspecto socioeconômico, na limitação de dados confiáveis e atualizados sobre os aspectos de concentração de renda, fome e miséria, bem como na generalização dos resultados, que se dão através de dados abrangentes ao cenário nacional, não tratando de regiões específicas. Dessa forma as pesquisas futuras poderão contribuir para a formulação de políticas adequadas e no desenvolvimento de estratégias econômicas mais sólidas diante de situações adversas no futuro. Além disso, é possível realizar estudos de acompanhamento de longo prazo para compreender as transformações sociais e econômicas decorrentes da pandemia, o que permitiria uma análise mais abrangente das mudanças estruturais e de longo prazo na sociedade. É importante também aprofundar a avaliação das

políticas públicas, examinando criticamente as medidas adotadas pelos governos para enfrentar a crise, como programas de transferência de renda, subsídios e políticas de proteção social. Essa análise ajudaria a identificar as lacunas existentes e fornecer recomendações aos agentes formuladores para aprimorar a eficácia das políticas públicas em futuras situações de crise.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Governo Federal já gastou R\$ 509 bilhões no enfrentamento a Pandemia**. Agência Senado, dez. de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/22/governo-federal-ja-gastou-r-509-bilhoes-no-enfrentamento-a-pandemia>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARRANÇA, Thais. **Pandemia gera escassez de matéria prima e faz os preços das mercadorias subirem no Brasil**. BBC News/Brasil, São Paulo, 24 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55048624>. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

CONASS - CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAUDE. **Painel CONASS completa 1000 dias de divulgação diária**. 03 de mar de 2023. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

COSTA, Claudia. **Que impactos a pandemia teve na sociedade e na política brasileira?**. Jornal da USP, São Paulo, 09 de dez de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/que-impactos-a-pandemia-teve-na-sociedade-e-na-politica-brasileiras/>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

FGV IBRE – INSTITUTO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pandemia já afeta trabalho de 53,5% das famílias**. FGV IBRE, 20 de mai. de 2020. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/pandemia-ja-afeta-trabalho-de-535-das-familias>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. (cap.4)

LEVY, Paulo Mansur. **Carta de conjuntura número 47, Seção Economia mundial**. IPEA, 20 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200430_cc47_economia_mundial.pdf. Acesso em: 14 de dez. de 2022.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006 (cap. 9).

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. 37 Informação para ação na Covid-19. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>, acesso em 26 de abr. de 2023

SILVA, Geórgia Veloso Carvalho da; STEHMANN, Julia Alves; VIANNA, Raphael; PACINI, Stefano; BITTENCOURT, Viviane Seda. **Evolução da escassez de insumos e matérias primas durante a pandemia**. FGV IBRE, 21 de jan. de 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-da-escassez-de-insumos-e-materias-primas-durante-pandemia>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

SOUZA JUNIOR, Jose Ronaldo de C.; LEVI Paulo Mansur; SANTOS Francisco Eduardo de I. A.; CARVALHO, Leonardo Mello de. **Carta da Conjuntura nº 46 – 1º trimestre de 2020**. Ipea, 30 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46_Vis%C3%A3o-Geral.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Painel do coronavírus da OMS**. 21 de jun. de 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 de jun. de 2023.